

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO: *BITCOIN – A utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*

Autor: Edemilson Paraná

Editora: Autonomia Libertária, 2020.

Autor: Paulo Henrique Furtado de Araujo¹

I

A crítica que oferecemos aqui é uma crítica ontológica e tem o sentido de polemizar, de forma rigorosa, com a figuração de mundo subjacente ao livro *Bitcoin*, tendo por referência o conjunto categorial marxiano. Além disso, flerta com a possibilidade de abrir um debate teórico em torno do livro de Edemilson Paraná, com o intuito de contribuir para a elucidação do que, de fato, constitui a especificidade da sociedade do capital – pois uma vez esclarecida onde está essa especificidade, teremos identificado a raiz constitutiva da sociedade do capital e, portanto, onde está, em seu nível mais crucial, mais essencial, o nosso inimigo, aquilo que bloqueia o processo de humanização do ser humano.

A resenha crítica, aqui exposta, tem por perspectiva que a centralidade do trabalho determinado por mercadoria ocorre somente na sociedade capitalista. Advogamos que o trabalho determinado por mercadoria (com seu duplo caráter: produtor de valor de uso e produtor de valor) é a práxis que plasma tanto a objetividade quanto a subjetividade da sociedade do capital. Trabalho determinado por mercadoria constitui uma totalidade dinâmica e auto expansiva intrinsecamente contraditória e que envolve uma forma específica de dominação abstrata, uma forma específica (abstrata) de laços sociais, uma forma específica de riqueza (abstrata). Defendemos que Marx, ao apresentar seu pensamento maduro, tem no valor (trabalho abstrato) a categoria que é prioridade ontológica e momento predominante no estabelecimento dos complexos que constituem o complexo social total. Explicar a sociedade do capital exige, tomando essa mirada, partir do valor e demonstrar “retroativamente” como ele modela a sociedade moderna, como determina o conjunto categorial do capitalismo – dinheiro, capital, classes sociais, luta de classes, exploração, alienação, ideologia etc.

O livro de Edemilson Paraná instaura uma crítica acertada à proposta do Bitcoin e põe a nu a impossibilidade desse signo do valor e forma de dinheiro escritural vir a ser dinheiro pleno. Entretanto, a figuração de mundo da qual parte o autor, no nosso entendimento, apresenta problemas em seus próprios termos constitutivos e um radical afastamento da figuração de mundo oferecida pelo Marx dos *Grundrisse* e de *O Capital*. Esses são os traços gerais que constituem a nossa crítica. Então, vamos a ela.

¹ Professor da Faculdade de Economia da UFF, do PPGE-UFF, Coordenador do GEPOC-UFF e membro do NIEP-MARX-UFF.

II

Edemilson Paraná é um jovem pesquisador e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC e do Programa em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (UNB). O livro *Bitcoin: A utopia tecnocrática do dinheiro apolítico* é produto de sua pesquisa de doutorado em Sociologia na UNB.

O livro em questão tem por objetivo principal realizar a crítica das criptomoedas e, em particular, do *Bitcoin*. Para cumprir essa tarefa, o autor alinhava e nos oferece um interessante modelo gnosiso-epistemológico do marxismo arrimado em um conjunto de autores identificados com a tradição althusseriana e estruturalista. Demonstrando, ao longo dessa empreitada, fôlego, poder de síntese e criatividade a serviço da elucidação da sociabilidade do capital e de sua superação. O resultado é um texto em que a crítica radical da figuração de mundo que sustenta o projeto do *Bitcoin* atinge o seu objetivo e revela ao leitor uma ontologia reacionária apoiada na crença (religiosa?) do chamado libertarianismo. No caso, nos ensina o autor, o que molda o *Bitcoin* é um libertarianismo de direita e tecnológico – movimento político-ideológico que preconiza a liberdade individual contra as opressões promovidas pelo Estado moderno. Seu entendimento de liberdade, em particular para essa vertente de direita, limita-se a liberdade de compra e venda de mercadorias e de maximização das utilidades auferidas pelo consumo ou pelo lucro (no caso da atividade produtiva). Adiante, voltaremos à questão tecnológica que configura e especifica o *Bitcoin*. Todavia, sinalizamos que, em nosso entendimento, essa figuração de mundo, que subjaz ao *Bitcoin*, é a expressão ideológica de uma sociedade fundada no valor e que já não é capaz de continuar a ampliação permanente do valor. Em suma, a sociedade do capital, que desde a quarta revolução tecnológica choca-se com os limites internos da acumulação do valor, apresenta evidentes sinais de colapso e produz, no campo das ideias, proposições como essa do libertarianismo de direita e libertarianismo tecnológico.

O livro se divide em duas partes cada; a primeira parte – intitulada *Do Bitcoin ao Dinheiro* – (antecedida por uma Introdução) é composta por dois capítulos e a segunda parte – intitulada *Do Dinheiro ao Bitcoin* – por outros dois capítulos, além de um Prelúdio e das Considerações Finais.

Na *Introdução* o autor nos informa que por uma escolha dos Editores, inverteu-se a forma de exposição da pesquisa original. Desse modo, a parte teórica vem após a análise crítica do objeto da pesquisa – o *Bitcoin*. Não saberíamos avaliar a adequação editorial de tal resolução, no entanto, do ponto de vista do rigor científico é um procedimento que fragiliza a crítica radical que se propõe realizar. O adequado seria a apresentação preliminar da figuração de mundo que o pesquisador mobiliza e a partir do qual realiza a análise crítica do seu objeto de pesquisa e, na sequência, a exposição dos resultados a que se chega a partir da mobilização de tal aparato teórico.

O capítulo 2 – *Dinheiro e hegemonia neoliberal: os antecedentes do Bitcoin* – apresenta a derrocada da chamada era de ouro do capitalismo – caracterizada por taxas de crescimento econômico elevadas, distribuição de renda, constituição de uma rede de proteção social, que eram características distintivas do chamado *Estado de bem-estar social* – e a superação do consenso keynesiano – que era a ideologia sustentadora das práticas e políticas econômicas do período, pela ideologia neoliberal. Com essa nova ideologia, a intervenção do Estado moderno para o estímulo e sustentação do crescimento econômico e da acumulação de capital é negada e atacada duramente, passando a ser identificado como a origem e causa da perda de dinamismo e pelo quadro de estagnação econômica e inflação (estagflação) que domina as economias

capitalistas centrais. Fazendo referência à escola da Regulação francesa, nos é dito que se trata do fim do padrão de acumulação keynesiano-fordista e o início de um novo padrão de acumulação e de regulação – acumulação financeira e regulação flexível (Toyotismo) com a aceleração do processo de produção automatizada ou do uso de máquinas-ferramentas robotizadas. Essas características acabaram estimulando o processo de deslocalização de plantas produtivas e de mundialização do capital. Acrescente-se que nesse novo arranjo da sociedade capitalista, o capital financeiro adquire maior importância e centralidade para a acumulação de capital; permitindo que se diga que estamos diante de um regime de acumulação sustentada pela financeirização.

Há o cuidado de destacar os impactos desse novo regime de regulação e padrão de acumulação sobre a luta de classes e, em particular, sobre o “movimento operário” que, frente a sucessivas derrotas e a múltiplas adversidades (desemprego ascendente devido a aceleração do uso de máquinas robotizadas, ataques às condições de vida, de trabalho etc.) perde importância política, social e combatividade. As subjetividades dos operários (note que o texto toma como sinônimos operários e trabalhadores) é duramente afetada e, cada indivíduo, já não se percebe como pertencente à classe trabalhadora. Por fim, nos é dito que as transformações estruturais do processo produtivo intensificam essa subjetividade sem pertencimento de classe.

Adequadamente, há o destaque para as articulações contrárias às propostas teóricas e práticas do keynesianismo e que ganharão grande repercussão após a derrocada definitiva do velho modelo IS-LM-BP, associado à curva de Phillips, e que servia de instrumento teórico para a implementação de políticas macroeconômicas intervencionistas. Em particular, há o registro da Sociedade Mont-Pèlerin que, desde 1947, congrega intelectuais que irão produzir os fundamentos teóricos do liberalismo moderno e do neoliberalismo e, além disso, servirão de inspiração para as ideologias libertárias de direita. A característica distintiva desse agrupamento é, por um lado, a fé no mercado enquanto instância mais eficiente para a distribuição das mercadorias produzidas e, além disso, produtor dos sinais adequados para as tomadas de decisão de produção e investimento por parte das empresas capitalistas. Por outro lado, há a crença de que o livre mercado é condição não só para a liberdade econômica, mas também para a liberdade política e individual.

E, associando a mudança no padrão de regulação e no regime de acumulação com o enfraquecimento do movimento operário organizado e de suas formas de representação política, o texto apresenta o corolário de que esse contexto explica a nova hegemonia ideológica e política da ideologia do livre-mercado e, também explica, como ela reposiciona a ideia de pertencimento à comunidade, engendrando novas formas de nacionalismo, xenofobia, racismo, sexismo etc.

A ideologia produzida pela Sociedade Mont-Pèlerin, segundo o livro, irá subsidiar a figuração de mundo do *Bitcoin*, profundamente crítica e refratária aos gastos do Estado e suas formas de financiamento e, em particular, à possibilidade do Estado emitir moeda e realizar a *senhoriagem* ou imposto inflacionário. Nesse caso, o texto destaca as formulações da chamada Escola Monetarista de Chicago que tem nas ideias de Milton Friedman sua pedra angular. E enfatiza que, para essa teoria, uma política monetária expansionista que seja adotada pelo Estado, e que tenha por tópicos o estímulo do lado real da economia, poderá funcionar somente no curto prazo ao enganar os chamados “agentes econômicos” e induzí-los a tomar decisões que não se sustentarão no longo prazo. Quando percebem que foram enganados, os agentes recompõem seus portfólios e reajustam suas decisões de produzir e consumir de modo a anular o efeito, da política monetária original, sobre a produção de bens e serviços (mercadorias). O resultado final de tal política monetária, portanto, será a estagnação econômica (sem

crescimento da produção de mercadorias e da geração de empregos) com inflação – pois o ajuste da economia ocorrerá somente no lado monetário e não no lado real da economia.

Associado a essa compreensão, os teóricos ligados a essa Escola advogam que política fiscal expansionista, pelos mesmos motivos, pode provocar aumento de produção de mercadorias e do emprego no curto prazo. No entanto, não terá consequência sobre o lado real da economia no longo prazo. E, assim como na situação anterior, apenas produzirá estagnação econômica e inflação. Além disso, como o aumento do gasto público só pode ser financiado pelo aumento da carga tributária, pelo endividamento (emissão de títulos de dívida pública) ou pela emissão monetária (ou por combinações dessas possibilidades), a análise de cada uma das possíveis fontes de financiamento apontam para as seguintes conclusões: (a) O aumento da carga tributária provoca o chamado efeito *crowding-out*, segundo o qual os gastos e investimentos públicos expulsam o setor privado da atividade econômica, com evidentes perdas para a economia capitalista pois, no entendimento dessa Escola, o setor privado não só é o portador das liberdades como é mais eficiente por ser melhor gerido. (b) O aumento do endividamento do Estado reduz a poupança disponível para financiar novos gastos (investimento agregado + consumo agregado) do setor privado, reduzindo o dinamismo da economia capitalista e minando sua eficiência – pois essa Escola não aceita que o investimento agregado determina a poupança agregada e advoga que o montante investido na economia capitalista depende da poupança previamente realizada. (c) A melhor forma de evitar a expansão da emissão monetária é impedir que o Estado produza déficits orçamentários e, ao mesmo tempo, neutralizar a capacidade do Banco Central de aumentar a oferta de meios de pagamentos na economia – dado que a emissão monetária sempre provoca inflação pois a moeda é neutra em relação as variáveis reais da economia (produto e emprego) e exógena à economia, sendo determinada pelo Banco Central.

A conclusão óbvia é que essa teoria econômica realiza a defesa intransigente de mercados autorregulados e atribui quaisquer desequilíbrios, que porventura ocorram na economia capitalista, à intervenção do Estado na economia. Ela é o fundamento da contrarrevolução neoliberal que ocorre a partir do final da década de 1970 e que teve por alvo principal o desmonte do Estado de bem-estar social nos EUA, Europa etc. com todas as consequências para a redução dos espaços de funcionamento da democracia formal nas economias capitalistas. Ainda assim, esse Estado neoliberal não se ocupa apenas de tarefas destrutivas (direitos sociais e trabalhistas, regras que limitam a destruição da natureza e do meio-ambiente, instituições de controle e acompanhamento etc.); ele, ao mesmo tempo, atua para engendrar formas e padrões de vida e existência, subjetividades etc. que induzam cada indivíduo a se entender e agir como um empreendedor de si mesmo em busca da permanente maximização de sua renda. O próprio funcionamento do Estado não poderia ficar imune a tamanhas modificações, o Estado é capturado por essa ideologia modificando seu próprio funcionamento. Agora, já não se apresenta a noção de uma comunidade a ser atendida pelo Estado. No seu lugar temos a busca pela maior eficiência e produtividade do Estado, de modo semelhante ao que se verifica nas empresas privadas. O resultado evidente dessas mudanças é o aprofundamento das desigualdades sociais, o aumento da concentração de renda e riqueza e o enfraquecimento das formas tradicionais de representação dos interesses no Estado moderno (partidos políticos, parlamentos e executivos).

Curiosamente, acrescenta o nosso autor, todas essas alterações no modo de funcionamento das economias capitalistas não impediram o surgimento de novas crises. A crise de 2008, a mais profunda e avassaladora presenciada até o momento (os efeitos da crise de 2020, que teve na pandemia do COVID-19 o seu gatilho, ainda não podem ser adequadamente avaliados no momento em que escrevemos essa resenha), curiosamente, não produziu o

descrédito das teorias neoliberais. Muito pelo contrário, o clamor generalizado foi pelo aumento da austeridade e mais cortes de gastos públicos. Naturalmente com a salvaguarda da rentabilidade dos mercados financeiros.

Esse é o contexto em que se insere o capítulo 3 (*Bitcoin: a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*). Nesse capítulo, o autor sustenta que o *Bitcoin* é, por um lado, legatário da ideologia neoliberal que derrotou o keynesianismo e, ao mesmo tempo, se mostrou limitada e incapaz de responder aos problemas que surgem com a crise de 2008. Por outro lado, o *Bitcoin* “é uma moeda digital alternativa e um sistema de pagamentos online, independente, criado em 2009, com base em um *paper* apócrifo, assinado por Satoshi Nakamoto” (Paraná, E., 2020, p. 83-84). O autor nos apresenta uma síntese do que é o *Bitcoin* tecnicamente, vejamos:

Tecnicamente, o *Bitcoin* é um *software* de código aberto que suporta o movimento de moedas e pode ser monitorado por todos os usuários em todo o mundo, sendo que os participantes no desenvolvimento e aprimoramento de seu código não podem, supostamente, fazer alterações que transcendem a lógica de seu *design* original. Pode ser entendido, assim, como uma construção em duas camadas, composto por uma infraestrutura de rede global, por um lado, e uma pequena comunidade de desenvolvedores, por outro. Como moeda digital descentralizada, que opera em uma rede par a par (*peer-to-peer*), pode ser usada para comprar um número relativamente limitado de bens e serviços na internet. (Paraná, E., 2020, p. 84-85)

Em seguida acrescenta que o *Bitcoin* é gerido de modo anônimo e descentralizado, tendo por esteio uma vigorosa criptografia. Além disso, como a administração do algoritmo do *Bitcoin* é fundada no *ledger* – um livro público e aberto – em que se registram todas as transações no instante de suas realizações, ela é passível de auditoria. As transações são processadas no *Blockchain* – algo como corrente ou cadeia de blocos – pelos próprios usuários do *Bitcoin*. Em contrapartida, esses usuários que colaboram com a “comunidade” de usuários do *Bitcoin*, mobilizando seu poder particular de processamento de dados, são recompensados com quantidades de *Bitcoins*. Outro caminho para obter novos *Bitcoins* (algo como *mineração* de *Bitcoin* e que se assemelha a novas emissões dessa moeda) é através da resolução de problemas matemáticos que demandam grande poder de processamento computacional e que, ao mesmo tempo, contribuem para o aperfeiçoamento do próprio sistema de pagamento *Bitcoin*. Esse seria um resumo de como são “produzidos (*minerados*), trocados e verificados os *Bitcoins*” (Paraná, E., 2020, p. 86).

A partir desse rápido esboço oferecido pelo autor, torna-se patente que: (1) a tecnologia não é neutra e, portanto, ela terá consequências para o perfil final ou para a estrutura desse sistema de pagamentos. (2) Como a *mineração* exige um poder de processamento que não está ao alcance do usuário comum, a dinâmica produzida pelos determinantes constitutivos desse sistema é a da concentração de *Bitcoins* junto a poucos *mineradores* que têm condições de custear os gastos com máquinas computacionais poderosas e o enorme consumo de energia elétrica que essa atividade envolve. (3) Fatalmente, o sistema de pagamentos *Bitcoin* irá replicar a dinâmica de concentração e centralização que é produzida pela acumulação capitalista na sociedade do capital. (4) O uso da palavra *mineração* não é um mero acaso. Há aqui a emulação do processo de garimpagem de ouro, posto que para a ideologia subjacente ao sistema o dinheiro real é uma materialidade, como o ouro. Dessa maneira, trata-se de emular o processo de extração do ouro do ventre da terra que, necessariamente, envolve horas de trabalho humano e aquisição de meios de produção adequados ao processo. Acrescente-se que um protocolo importante inscrito no cerne do algoritmo do *Bitcoin* é o de uma deliberada escassez dessa moeda – há um limite máximo para a emissão de 21 milhões de unidade a serem emitidas até o ano de 2140. O que, mais uma vez, emula o fato do ouro constituir um estoque findo em nosso planeta. (5) Como não se trata de uma moeda física, é uma exigência a constituição um rigoroso

sistema de controle contra fraudes e o *Bitcoin* é estruturado de maneira a prescindir de uma autoridade central (pública ou privada), pois todos os registros são, ao mesmo tempo, públicos e descentralizados.

Considerando essas características, a questão que o texto se coloca é a da possibilidade do *Bitcoin* vir a ser uma moeda plena que possa substituir as moedas emitidas pelas atuais autoridades monetárias dos vários países. A resposta do autor é que essa é uma impossibilidade. Vejamos, de modo breve, as razões que o levaram a essa conclusão:

(1) a restrição à expansão da emissão de novas unidades de *Bitcoin* aponta para a produção de um quadro deflacionário, caso essa criptomoeda adquirisse a função meio de circulação do dinheiro e passasse a ser utilizada largamente pelas economias capitalistas. Posto que a produção de mercadorias se expande de maneira ilimitada, a restrição da oferta dessa moeda provocaria o movimento de redução generalizada e duradoura dos preços como forma de ajuste do próprio mercado. O resultado, como é sabido, seria um quadro de profunda e permanente depressão econômica com desemprego etc.

(2) A mesma restrição à emissão é a causa da volatilidade do câmbio entre o *Bitcoin* e as demais moedas nacionais. A cotação, nesse caso, é determinada somente pelo jogo da oferta e procura por *Bitcoin* e um surto especulativo nos mercados financeiros em geral acaba provocando o aquecimento pela procura do *Bitcoin* e a uma espiral especulativa dessa criptomoeda. O resultado é que se verifica fases de valorização e desvalorização sucessivas na sua cotação frente as outras moedas. O que permite identificar o *Bitcoin* como um derivativo apto a ser utilizado em esquemas especulativos do tipo *Ponzi*. Curiosamente, um eventual estouro da bolha especulativa do *Bitcoin* não teria, no momento, o poder de provocar uma crise generalizada dos mercados financeiros internacionais devido ao pequeno tamanho do seu mercado em comparação com o setor financeiro internacional com um todo. Não obstante, desde 2017, a Bolsa de Chicago passou a negociar novos instrumentos financeiros e derivativos sustentados em *Bitcoin*, isso poderá alterar o peso e importância dessa criptomoeda no futuro.

(3) A volatilidade da cotação do *Bitcoin* em outras moedas impede a disseminação de seu uso como medida dos valores e meio de circulação² pois, segundo sustenta o autor, o capitalismo, que é uma economia mercantil-monetária³, exige a presença do dinheiro, em quantidades adequadas, para a venda do montante de mercadorias produzidas a cada período. Tais quantidades só podem ser identificadas pelo tateamento da Autoridade Monetária (emissora de moeda⁴); e aqui temos um importante conceito para seu modelo lógico – restrição monetária – o qual examinaremos em seguida.

(4) Como o *Bitcoin* opera sem Autoridade Monetária emissora, não há garantias para a “reprodução adequada do dinheiro como *equivalente geral* para toda a produção mercantil” (Paraná, E., 2020, p. 146). Desse modo, não será possível a manutenção de um “padrão de preços como unidade de medidas e tampouco a formação de uma moeda nacional a ser trocada por moedas estrangeiras” (Idem).

² O autor, não por acaso, utiliza conceitos keynesianos de meio de troca e reserva de valor, ao invés das categorias marxianas medida de valor e meio de circulação.

³ Economia mercantil-monetária é um conceito keynesiano que, no nosso entendimento encobre o fato de que o distintivo da economia capitalista é ser constituída pelo valor. Na parte final dessa resenha trataremos dessa questão.

⁴ O autor, novamente não por acaso, toma as categorias dinheiro e moeda como sinônimos. Seguindo a tradição dos teóricos franceses (em particular Brunhoff), e da economista brasileira Mollo, que são utilizados como referência em seu trabalho. Contudo, nesse caso, indo na direção oposta ao que faz Marx em *O Capital* ao diferenciar enfaticamente dinheiro de moeda no capítulo 3 do Livro 1. Voltaremos a essa questão mais adiante.

(5) O autor sustenta que no capitalismo o dinheiro é, ao mesmo tempo, bem público e objeto de desejo privado⁵. Por ser bem público não poderia ser ofertado e controlado por outro agente que não o Estado. Arremata dizendo que o dinheiro capitalista está estabelecido em uma base privada – moeda criada pelos bancos – e uma base pública – a moeda do Banco Central, o que exige a combinação articulada entre operações descentralizadas (privadas) e uma centralização pública como único meio possível para que se evite o eclodir das crises econômicas. E, caso as crises ocorram, somente a intervenção pública (Estado) poderá garantir a equivalência entre a moeda bancária e a moeda do Banco Central. O que enfatiza a centralidade ocupada pelo Banco Central como prestador de última instância e órgão que não pode ser simplesmente suprimido do sistema monetário capitalista.

(6) Retomando a noção do “tateamento social”, fica esclarecido que, além de ter que garantir o montante de dinheiro adequado para a realização da acumulação capitalista de cada período, é necessário garantir que o dinheiro seja reconhecido como forma universal de riqueza pela formação social na qual ele se insere, o que, para o autor, envolve disputas sociais, luta de classes e a mobilização de violência e confiança por parte da Autoridade Monetária.

Essas observações revelam necessidades e dinâmicas que a teoria e a prática do *Bitcoin* não são capazes de atender. O autor defende que as limitações que delas decorrem se exprimem fortemente quando analisamos as funções do dinheiro à luz do caso do *Bitcoin*. O que o leva a abordar, de forma ligeira, as funções do dinheiro⁶ que Marx apresenta no capítulo 3 do Livro 1 de *O Capital*, ainda que não faça referência a isso e sem qualquer menção à gênese lógica do dinheiro que Marx realiza no capítulo 1 da mesma obra⁷. Aqui destacamos dois pontos: o primeiro é a afirmação de que “na função dinheiro mundial, o dinheiro precisa cumprir, no mercado global, todas as funções de uma moeda nacional” (Paraná, E., 2020, p. 149). Marx sustenta o exato oposto, ou seja, moedas, que são signo do valor, só funcionam no espaço nacional por meio da chancela do Estado. No mercado mundial vale o dinheiro enquanto tal e não o seu representante emitido por autoridade governamental nacional. Talvez o mais adequado seja falarmos da existência, atualmente, de um pseudo-dinheiro mundial operando na forma da moeda nacional que é o dólar americano. O segundo ponto é que dinheiro é definido como aquilo que monopoliza a função de equivalente geral nas trocas mercantis e que, por isso, mede o valor das mercadorias. Bem, até a essa altura do texto não nos foi informada qual é a compreensão, assumida pelo autor, do que é o valor e, tampouco, essa categoria é apresentada como portadora de prioridade ontológica e momento predominante⁸ na constituição da sociabilidade fundada no valor em expansão – esclarecimento que, aliás, faz Marx ao capturar o movimento real da sociedade do capital sob o seu conjunto categorial dinâmico. Entretanto, se aceitarmos que por ser equivalente geral o dinheiro é medida dos valores, a relação de causalidade sustentada por Marx desaparece. Ou seja, nesse enquadramento, não é por ser mercadoria, portadora de valor, que, logicamente posso identificar uma mercadoria que adquire o monopólio social de ser o equivalente geral e, portanto, dinheiro – no caso o ouro. Agora, é porque há uma coisa (mercadoria ou não) que adquire o monopólio (politicamente outorgado?

⁵ Aqui há um explícito flerte com a teoria microeconômica hegemônica que trata de bens públicos e privados. Diferenciação conceitual que é totalmente estranha ao campo do marxismo.

⁶ Medida do valor, meio de circulação, dinheiro – entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial.

⁷ Essas escolhas não são mero acaso, ao contrário, são parte constitutiva de sua figuração de mundo que exige a eliminação do valor enquanto categoria central e constitutiva da sociedade do capital. Voltaremos a esse ponto adiante.

⁸ Lukács em sua *Para uma Ontologia do Ser Social* esclarece que a prioridade ontológica indica uma relação na qual uma categoria não pode existir sem que outra preexista (por exemplo, não é possível consumir o que não foi produzido) e acrescenta que nessa constatação não há juízo de valor. Além disso, Lukács demonstra que em determinações reflexivas há um elemento que opera como momento predominante e produz o dinamismo, o movimento do par que se encontra em tal determinação. Sobre esse assunto, ver Lukács (2013).

Pela luta de classes?) de operar como equivalente geral que eu posso mensurar os valores. Essa discussão retornará com toda ênfase quando o autor apresentar seu modelo lógico em que articula moeda, ideologia, política e luta de classes. Veremos mais detalhes sobre isso adiante. Aqui o que interessa é destacar que o autor compreende que essas funções do dinheiro podem ser complementares ou contraditórias, de tal maneira que, no caso do *Bitcoin* há uma exacerbação da função meio de entesouramento o que reduziria sua capacidade de operar como meio de circulação e, desse modo, o interditaria o caminho para ser, de fato, dinheiro.

O arremate dessa discussão é curioso, pois o autor revela que, ainda assim, é possível haver dinheiro sem que todas as funções elencadas se realizem. Como há o abandono da teoria do valor, a igualação entre moeda e dinheiro e a desconsideração de que o dinheiro na sociedade do capital é aquele que pode realizar todo o potencial presente na categoria dinheiro – que existe em formações socioeconômicas anteriores ao capitalismo – sugere que o dinheiro é “a forma abstrata de riqueza”⁹ (Paraná, E., 2020, p. 155) e pode sustentar que as funções do dinheiro vão se adicionando umas às outras. Recorrendo a Brunhoff, identifica a possibilidade de “práticas monetárias, mas não [de] moedas” (Idem, p. 151) e esse é o caso do *Bitcoin*. Pois este cumpriria de forma restrita algumas funções (meio de circulação e entesouramento) e não cumpriria outras (medida dos valores e dinheiro mundial). Com esse movimento o autor prepara a passagem para a Parte II do livro. E aqui notamos a fragilidade que a inversão da ordem original da pesquisa produz na exposição dos resultados a que se chegou: somente no tratamento teórico é que poderá ser (ou não!) esclarecido o que significa moeda determinada por relações sociais, o que é o dinheiro como relação social ou a pretensa materialidade do *Bitcoin* enquanto forma de garantir seu funcionamento como dinheiro. Questões decisivas para o correto entendimento de que o *Bitcoin* não é e dificilmente será dinheiro de fato.

A Parte II do livro (*Do Dinheiro ao Bitcoin*) é constituída por um pequeno Prelúdio (*O Dinheiro entre a Economia e a Sociologia*) em que o autor percorre um conjunto de autores do campo da sociologia apresentando o tratamento que eles dedicam à categoria dinheiro. Todavia, o modelo gnoseo-epistêmico que nos é oferecido nos dois capítulos seguintes, pouco aproveita desses autores, evidenciando a pequena funcionalidade do Prelúdio para a crítica do *Bitcoin*.

O capítulo 4 (*Valor, Dinheiro e Capital*) é o primeiro dessa Parte II. Nele o autor apresenta sua compreensão do dinheiro enquanto relação social em Marx. Cabe assinalar que por um provável erro de impressão, consta que Marx introduz a categoria dinheiro no Volume I de *O Capital* e retoma no Volume II (Parte II) e no Volume III. No lugar de “Volume” deveria estar grafado “Livro”, além disso, a o Livro II não possui Parte II, mas Seção II, e esta Seção analisa a rotação do capital e não exatamente do dinheiro. O trecho a seguir parece sintetizar os traços gerais de sua compreensão do dinheiro em Marx:

A noção marxiana do dinheiro articula classes sociais, processos de trabalho, etapas de produção, circulação e distribuição, fazendo dele algo inseparável, intrínseco e necessário às relações econômicas capitalistas. Para Marx, uma vez que não pode haver outra medida e forma de aparecimento do valor que não o dinheiro, a economia real é sempre uma economia monetária. (Paraná, E., 2020, p. 198)

Logo em seguida, o autor reafirma que o dinheiro é a manifestação do valor e, portanto, do capital. O dinheiro, prossegue, é o que torna possível o início do processo produtivo com a

⁹ Para Marx a riqueza específica do capitalismo é o valor (trabalho humano abstrato), portanto, a riqueza específica é riqueza abstrata. Dinheiro vem a ser a forma pela qual essa riqueza abstrata se manifesta fenomenicamente. Esse conjunto categorial parece escapar ao autor.

compra da força de trabalho e dos meios de produção; através do dinheiro as classes sociais são inseridas na dinâmica da acumulação do capital e é com ele que são pagos salários, lucros, juros e rendas. Em suma: “O ciclo do capital é dinheiro que se valoriza” (Idem, p. 199). O dinheiro para Marx, advoga o autor, tem por principal característica – vinculada ao valor de troca das mercadorias [!] – ser a relação social constitutiva da vida socioprodutiva sob o capitalismo e é essa constatação que permite a Marx tratar do dinheiro como unidade sistêmica que abrange todas as funções apresentadas no capítulo 3 do Livro Primeiro de *O Capital*.

Pela primeira vez em sua exposição, o autor recorre à primeira Seção do Livro Primeiro de *O Capital* e destaca que Marx aborda o modo de produção capitalista desde o início de sua obra principal. Prossegue assinalando que as mercadorias, no capitalismo, são produzidas por processos de trabalho que constituem uma contradição fundamental: são processos de trabalho privados (realizados por produtores separados e independentes) e sociais posto que são voltados para a produção de mercadorias que deverão ser trocadas no mercado por outras mercadorias e que têm na divisão social do trabalho a explicação para a dependência social entre os diversos trabalhos. Conclui sugerindo que o dinheiro (representando o valor de troca) é o que resolve a contradição constitutiva ao movimentá-la no tempo e no espaço. Um detalhe importante é que para ele o representante (dinheiro) e o representado (valor de troca) se relacionam de tal modo a se constituírem reciprocamente. Ele irá desenvolver esse ponto em seguida e, para isso, já não irá utilizar *O Capital*, mas os *Grundrisse* e comentaristas de Marx. Após afirmar que “o dinheiro é a forma de aparecimento ou a representação social do *valor* como tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias”, acrescenta que é justamente por “ser trocado por dinheiro que o trabalho privado ou particular pode adquirir caráter universal” (Paraná, E., 2020, p. 201-202).

Não deixa de ser curioso o fato de que ao longo do livro, hora em exame, é dito que o dinheiro é a relação social constitutiva do capitalismo e, ao mesmo tempo, nos é apresentada uma citação dos *Grundrisse* em que Marx diz que um símbolo, como um pedaço de papel ou de couro, que possua reconhecimento universal na formação social, “expressa de fato apenas uma relação social” (Marx, 2011, p. 94). Bem, se o dinheiro em sua função moeda expressa algo é porque esse algo não é ele, mas sim alguma outra coisa, distinta dele próprio. Por evidente, dinheiro não é a relação social, dinheiro é a forma pela qual o valor se manifesta, logo, o valor (trabalho humano abstrato) é o que arma as relações sociais da sociedade do capital. Voltaremos a isso mais a frente. Por ora, continuaremos apresentando a compreensão explicitada pelo autor.

Partindo de uma citação dos *Grundrisse*, desconhecendo que nesse texto, em vários momentos, Marx ainda tomava valor e valor de troca como sinônimos, o autor procura sintetizar a gênese do dinheiro a partir do valor (coisa que Marx faz no item 3 do Capítulo 1 do Livro Primeiro de *O Capital*) desconsiderando todo o esforço de Marx em analisar o valor e sua substância, o trabalho humano abstrato, o valor de uso e o trabalho concreto/útil, o aumento da força produtiva do trabalho e o duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias. Por esse caminho, e com o auxílio de Mollo, o autor assegura que valor e dinheiro são fundamentais para a gestão [!] “das contradições no interior do modo de produção capitalista, caracterizado por não dispor de planejamento prévio e racional da produção social” (Paraná, E., 2020, p. 204). O que nos leva a pensar: caso haja planejamento prévio da produção social de mercadorias, a emancipação humana se realiza e o dinheiro pode ser eliminado? E com ele as classes sociais, a exploração, a desigualdade social etc.? Não estaria o autor atuando no campo do que Postone (2014) chama de marxismo tradicional, o qual realiza a crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho determinado por mercadoria e não a crítica desse trabalho no capitalismo? A exposição prossegue e descobrimos que a abstração do trabalho se realiza por meio do dinheiro

e que o valor se realiza enquanto valor no ato da venda da mercadoria por dinheiro. E que é através do dinheiro que a divisão social do trabalho se objetiva como processo, os trabalhos privados se comprovam como sociais e a contradição fundamental entre processo de trabalho privado e processo de trabalho social, que é subordinada à contradição entre valor de uso e valor¹⁰, se movimenta no tempo. Não obstante, o “dinheiro [...] surge para resolver¹¹ a antítese entre valor de uso e valor contida na mercadoria” (Paraná, E. 2020, p. 205) e é isso que concede ao dinheiro enorme poder social tipificando o estranhamento¹². Comentaremos esses desdobramentos ao longo da resenha.

Algumas páginas adiante, recorre a Heinrich no intuito de esclarecer como Marx analisa, de fato, a categoria dinheiro. Nessa leitura, primeiro Marx faz uma análise das formas e, nesse primeiro momento, abstrai o agir dos possuidores de mercadorias apresentando formas ou conceitos imaginários do dinheiro. Em seguida analisa esse agir dos possuidores de mercadorias e, nesse momento, introduz o dinheiro que realmente existe e que é a expressão das exigências do equivalente geral. Finalmente, Marx apresentaria as funções do dinheiro na circulação mercantil simples para terminar a apresentação do dinheiro como capital e todas as formas que ele assume enquanto capital. O autor acrescenta que nesses passos, propostos por Heinrich, temos a crucial “diferenciação entre o desenvolvimento conceitual da forma dinheiro, de um lado, e o desenvolvimento conceitual do dinheiro realmente existente (suas funções) de outro” (Paraná, E., 2020, p. 208). O autor aparenta advogar a ideia de que a categoria dinheiro tal como Marx apresenta nos capítulos 1 e 3 do Livro Primeiro, são abstrações não pertencentes à constituição da sociedade do capital. E, nesse sentido, somente considerando as formas do dinheiro em seu devir capital, pode-se entender o que é o dinheiro realmente existente. Ou seja, parece não aceitar que Marx realiza abstrações razoáveis, reais,¹³ ao tratar do seu conjunto categorial desde a Seção I do Livro Primeiro de *O Capital*. Essa dificuldade o leva, com Heinrich, a amparar a ideia de que a “mercadoria não porta valor como qualidade (e quantidade) intrínseca anterior ao momento da troca” (Idem, p. 209). E a troca generalizada de mercadorias não pode ser compreendida adequadamente sem ter em conta a produção capitalista.

Para o autor, do ponto de vista do marxismo, o que define o processo de produção capitalista é a exploração do trabalho assalariado (extração de mais-valor¹⁴). Por esse caminho, pode-se introduzir as classes sociais, a injustiça, a opressão, as desigualdades etc. e o lugar do dinheiro em toda essa estrutura. Ainda assim, cabe ponderar que o mais-valor é introduzido no texto sem que o valor tenha sido tratado. O que, no mínimo, indica uma fragilidade na composição do modelo lógico que o autor nos oferece. Retomando o lugar do dinheiro na estrutura da sociedade do capital, ocorre que o dinheiro ou moeda tem o caráter de ser relação social – uma vez que a mercadoria força de trabalho é vendida, o trabalhador se insere socialmente e isso “sanciona a moeda como relação social” (Idem, p. 210) – por isso, mais

¹⁰ Como podemos ter uma contradição fundamental que se subordina a outra contradição? Como designaríamos essa outra?

¹¹ Na verdade, contradições reais não têm suprassunção, resolução. O que há é exteriorização da contradição, sem que ela desapareça enquanto contradição. Aliás, é por isso que a partir da contradição entre valor de uso e valor devém dinheiro como dinheiro e daí o dinheiro devém capital. Ver Marx (2017, p. 178)

¹² Nesse momento o autor apresenta uma citação do Capítulo 1, item 4 (*O Fetiche da Mercadoria e o seu Segredo*) de *O Capital*, que se insere numa sequência de parágrafos em que Marx demonstra que produzir mercadorias é produzir fetiche e que isso é uma objetividade, uma dadicidade, da sociedade do capital e não uma ilusão ou incompreensão das subjetividades na sociedade do capital. Ou seja, Marx não está tratando de dinheiro enquanto causa resolutiva de contradição...

¹³ Sobre abstração razoável e real, ver: Marx (2011, p. 40-41 e ss) e Chasin (2009).

¹⁴ O autor optou por manter a grafia mais-valia em seu texto, contrariando a forma mais-valor que, por exemplo a editora Boitempo utiliza em suas traduções e que, do ponto de vista didático (sem entrar na polêmica da tradução em si), nos parece mais adequada por explicitar do que se trata a categoria: valor a mais, valor acrescentado, valor acrescentado.

uma vez com Heinrich, pode-se entender que Marx oferece uma teoria monetária do valor ou teoria monetária do capital. Como o autor não tratou adequadamente da categoria valor, não pode compreender que o laço social (dinheiro) que os humanos trazem no bolso e que os insere na comunidade humana sob domínio da lógica do capital é a expressão do valor. Portanto, não é quando vendo a minha força de trabalho que sanciono a moeda como relação social. Basta possuir o signo do valor para ter o laço, mesmo não tendo emprego¹⁵. A relação social entre trabalhador assalariado produtivo (proletário) e personificação do capital é objetivada na mercadoria, o trabalho na sociedade capitalista objetiva a própria relação social e essa só pode surgir de forma alienada, reificada, fetichizada. Não é o dinheiro que faz isso, mas o trabalho determinado por mercadorias – o dinheiro apenas expressa o valor (trabalho abstrato)¹⁶.

Constatando que no atual momento da economia capitalista, as moedas já não possuem livre convertibilidade em ouro, surge a questão: Sabe-se que na função meio de circulação, um signo do valor pode cumprir a função de intermediário das trocas (destaco que a moeda faz isso). Contudo, como fica a função medida de valor se o dinheiro já não é mercadoria e nem guarda mais relação com a mercadoria que possui o monopólio social de ser o equivalente geral – ouro? A posição do autor, recorrendo a Brunhoff em particular, é que o dinheiro realiza a validação social dos trabalhos privados porque ele (o dinheiro) é portador de “um valor anterior que é reconhecido socialmente, algo que sustenta seu papel de equivalente geral. Para operar como validador social dos trabalhos privados o dinheiro precisa se reproduzir como equivalente geral” (Paraná, E., 2020, p. 225), ou seja, é preciso que a sociedade o reconheça como equivalente geral. Arremata seu ponto citando uma passagem de Brunhoff em que ela nos diz que a circulação mercantil parte da “troca de equivalentes em qualidade de trabalho abstrato” [!] e essa troca de equivalentes só poderá ser “o ponto de chegada caso a forma preço permita uma flutuação dos preços mercantis e, por essa razão, pode impor *ex post* a equivalência em moeda das mercadorias trocadas, que difere da equivalência baseada na igualdade do trabalho dispendido” (Brunhoff apud. Paraná, E., 2020, p. 225). Para o autor estamos diante de um processo, intermediado pelo dinheiro, em que se transforma trabalho concreto em trabalho abstrato, trabalho individual em trabalho socialmente válido.

A dificuldade dessa argumentação tem início na forma imprecisa com que utiliza as categorias marxianas. Por exemplo, Marx, no capítulo 1 do Livro Primeiro de *O Capital* sustenta que o trabalho determinado por mercadoria tem um duplo caráter, ele é trabalho útil e abstrato simultaneamente. Assim sendo, como é possível entender que o dinheiro transforma trabalho concreto em abstrato? Mais uma vez, essa imprecisão tem por origem o abandono da gênese do dinheiro que Marx oferece nesse mesmo capítulo. Além disso, trabalho abstrato é a substância do valor, portanto, é o que permite igualar valores de uso diferentes por estar presente em ambos em quantidade equivalente. No ato da troca o trabalho abstrato – que é mercadoria, e que por ser abstrato não se diferencia em sua qualidade, somente sendo possível a diferenciação na quantidade – é reconhecido como tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, o trabalho gasto para produzir a mercadoria em questão estava na média do ramo produtor desse tipo de mercadorias. O que lhe escapa é o fato de que mercadorias são produzidas com valor em *dynamei* (no sentido aristotélico) e toda potência é sempre de ser ou de não ser. Uma vez que a

¹⁵ O que é decisivo para a adequada compreensão da fase atual da acumulação capitalista em escala planetária caracterizada pela quarta revolução tecnológica ou pelo aumento fantástico da composição orgânica do capital. Decorre disso a produção permanente e exponencial de uma massa de desempregados que já não conseguem ser explorados e, portanto, já não produzem valor. Como o laço social é o valor expresso em dinheiro, a saída para a massa do povo envolve mecanismos como roubo, delinquência, narcotráfico etc. Um conjunto de práticas defensivas que visam a sobrevivência e que evidenciam o avanço do colapso e da barbárie da sociedade fundada no valor.

¹⁶ Sobre essa questão ver Postone (2014), Duayer e Araujo (2020a. e 2020b.).

mercadoria é vendida, a potência se realiza, ou seja, o valor em potência devém valor efetivo, socialmente reconhecido. Por esse motivo, não se pode sustentar que a lei do valor só opera na circulação, na troca. Na verdade, ela atua na produção, ao obrigar cada personificação singular do capital a aumentar sua força produtiva do trabalho pelo simples fato de não saber se está produzindo na média do seu ramo produtivo, acima ou abaixo. O único movimento lógico possível é a luta permanente pelo aumento da produtividade que, destaque-se, está na base explicativa do aumento da composição do capital (técnica e orgânica).

Desdobrando esse raciocínio o autor agora diz que valor não é determinado na produção, ainda que sua trajetória aí se inicie. Ele prossegue e acrescenta que o tempo de trabalho socialmente necessário é produzido como média do tempo de trabalho na produção das mercadorias. Todavia, essa média só pode ser determinada, de fato, na circulação de mercadorias em que se verifica um processo de valorização e desvalorização que regula a contradição existente entre produção e circulação. Eis que o autor conclui que “a lei do valor não se apresenta antes da troca por dinheiro. O valor ao fim validado socialmente por meio da troca pode ser maior ou menor do que aquele gasto na produção” (Idem, p. 226).

Considerando o que o autor afirmou na parte I e nesse capítulo que estamos analisando – “mercadoria não porta valor como uma qualidade (e quantidade) intrínseca, anterior ao momento da troca” (Idem, p. 209) – é possível sustentar que o texto é, no mínimo, contraditório e tensionado. O que indica a necessidade de uma explicação mais adequada para essa questão que é decisiva para a elucidação da sociabilidade do capital.

Abordando a questão do dinheiro inconvertível, dinheiro que não é mais mercadoria, o autor nos explica que nesse caso “o valor do dinheiro depende daquilo que Brunhoff define como *restrição monetária*, um mecanismo de regulação da economia (...); dinâmica que impõe, em última instância a lei do valor” (Idem, p. 227). Em seguida, citando Brunhoff, explica que *restrição monetária* nada mais é do que a necessidade absoluta das mercadorias se converterem em moeda. Como, por evidente, essa necessidade das mercadorias não cria uma restrição ou coerção monetária, será preciso alguns esclarecimentos e, na página 238, o autor acrescenta que a coerção ou restrição, em questão, além da necessidade das mercadorias envolve a necessidade de toda forma de dinheiro ser convertida em equivalente geral¹⁷. O arremate vem na página 289 em que se explicita o que se significa restrição monetária: “(...) [é] a necessidade de reprodução adequada do dinheiro como equivalente geral para toda produção mercantil”. Trata-se, segundo o autor em parágrafo que antecede ao trecho citado, da oferta de moeda por parte do Banco Central (o que inclui o dinheiro de crédito privado, mas que tem que ser sancionado pelo Banco Central através da paridade com o equivalente geral). Mais uma vez evidencia-se a imprecisão no trato categorial e nos níveis analíticos. Por exemplo, “valor do dinheiro” depender da restrição monetária, sendo essa explicada pela oferta de moeda pelo Banco Central, é confundir valor (trabalho abstrato) com o poder de compra da moeda (que diz respeito a inflação e deflação).

O autor prossegue apoiado em Brunhoff e nos diz que mesmo com a introdução do crédito – e para ele crédito é sempre privado (!) – a restrição monetária continua valendo. A moeda do Banco Central (pública) pode validar moedas de crédito privadas, não obstante, só pode *pseudovalidar* as mercadorias, pois não se confunde com o “caráter social mais amplo do dinheiro como relação geral” (Idem, p. 228).

Antes de avançar, é preciso registrar que a moeda emitida pelo Banco Central é dinheiro de crédito e crédito, por decorrência lógica, não é algo exclusivamente privado.

¹⁷ O que nos obriga a perguntar: mas há dinheiro que não seja equivalente geral?

A restrição monetária, ao provocar valorizações e desvalorizações da moeda (aqui o autor está tratando do poder de compra de cada unidade monetária emitida), “possibilita (mas também pode dificultar) a conversão das mercadorias e dívidas em dinheiro, e permite (ou ameaça) a conversibilidade das moedas nacionais em moeda internacional” (Idem, p. 229).

O autor sugere que a restrição monetária – que envolve valorizações e desvalorizações da moeda ou, mais precisamente, perdas e ganhos do poder de compra da moeda – é um tipo de sanção que articula algo como uma “‘pirâmide’ entre as distintas formas de dinheiro”. A sanção ocorre, em primeiro lugar, quando o dinheiro de crédito produzido por bancos privados é convertido em moeda emitida pelo Banco Central o que confirma sua validade social enquanto dinheiro. Em segundo lugar, tem que ser possível a conversão em dinheiro mundial da moeda emitida pelo Banco Central. Sendo essa condição para validação social, e reconhecimento como equivalente geral, do papel-moeda emitido pelo Banco Central. Por consequência, o Banco Central também está sujeito à restrição monetária – ele tem que garantir que o papel-moeda por ele emitido seja reconhecido como equivalente geral; atentar para que a acumulação de capital não seja estorvada por modificações abruptas e permanentes do poder de compra da moeda e garantir a conversibilidade do seu papel-moeda em dinheiro mundial. O arremate é que as crises econômicas, ao afetarem a capacidade do papel-moeda emitido pelo Banco Central de suprir as exigências da restrição monetária, são o mecanismo de afirmação da lei do valor.

Com o intuito de melhor esclarecer a teoria do dinheiro em Marx, o autor sustenta uma teoria não-substancialista do dinheiro. Sua exposição parece tomar a categoria dinheiro tal como Marx apresenta em *O Capital* como uma construção determinada pelo contexto histórico em que Marx vivia. Por exemplo, ao dizer que “Embora o próprio Marx possa ter pensado que o dinheiro como medida de valor precisasse ser uma mercadoria, o papel-moeda não lastreado em ouro também pode funcionar como tal” (Paraná, E., 2020, p. 231). Ou quando recorre a Heinrich e nos diz que em seu tempo histórico, “Marx não poderia imaginar um sistema monetário capitalista [!] sem dinheiro-mercadoria” (Idem) e que Marx apenas assumiu, e nunca comprovou, que o equivalente geral tem que ser uma mercadoria. Prossegue lembrando que dinheiro não precisa ser mercadoria pois basta o reconhecimento social de que essa coisa dinheiro é o equivalente geral. Do que decorre que a coisa que será equivalente geral não pode ser determinada apenas na circulação simples de mercadorias e, novamente com Heinrich, afirma que mercadoria-dinheiro é uma categoria ou um estado “historicamente transistórico” e “não corresponde ao ‘modo de produção capitalista, em sua média ideal’ que Marx procurou analisar” (Idem, p. 232)¹⁸.

Antes de prosseguir é necessário registrar que a ideia de analisar a média ideal da sociedade do capital, com o conjunto categórico oferecido em *O Capital*, é algo inteiramente estranho aos termos do próprio Marx. Nele as categorias são “formas do ser, determinações da existência”, portanto, o espelhamento na consciência de algo posto no ser social. Para não alongarmos, em primeiro lugar lembramos que em *O Capital*, Marx está tratando da economia capitalista. Desse modo, a circulação simples de mercadorias é uma abstração razoável e real constitutiva da totalidade dessa sociedade. Em segundo lugar, ressaltamos que a gênese lógica do dinheiro exige a presença da mercadoria-dinheiro ouro, pois essa é o elo necessário para a manifestação dos valores. Marx, imediatamente após apresentar o ouro como a mercadoria que adquire o monopólio social de operar como equivalente geral e, nessa condição (e por suas características químico-físicas) devém dinheiro, assinala que inicia-se o processo de desmaterialização do dinheiro. Isso ocorre ao explicar que o simples uso das peças de ouro que circulavam como moeda (dinheiro emitido por uma Autoridade Governamental com validade

¹⁸ Nesse sentido, evidencia-se uma compreensão inadequada da gênese lógica do dinheiro que Marx oferece já no primeiro capítulo do Livro Primeiro de *O Capital*.

em seu território político) sofrem o desgaste do uso e, ainda assim, continuam operando como se tivessem o peso adequado para expressar certo quantum de valor (tempo de trabalho socialmente necessário). Em resumo, Marx descreve a desmaterialização e a *dessubstancialização* do dinheiro como um *dynamei* inscrito na própria constituição da categoria dinheiro. Essa consideração evidencia a inadequação da interpretação sugerida por Heinrich e reproduzida pelo autor.

Na sequência da exposição, há o retorno da ideia de que valor é algo que diz respeito à circulação, ou nas palavras do autor: “o valor das mercadorias não é determinado apenas ou previamente na produção, mas apenas *a posteriori* [ou seja, na circulação - PH]” (Idem, p. 235). Já comentamos acima a inadequação dessa afirmação, ainda assim, para reafirmar e sendo redundante: valor é produzido na produção enquanto valor potencial, em potência (*dynamei*), e quando da venda da mercadoria esse valor em potência se efetiva (ou não), e temos o valor efetivo que nada mais é do que o tempo de trabalho socialmente necessário, gasto em média no ramo de produção específico à mercadoria analisada.

Esse argumento é pedra angular do modelo lógico oferecido pelo autor, pois o dinheiro, a partir dessa leitura, pode ser postulado como a prioridade ontológica em relação ao valor e momento predominante da estrutura social do capital. O argumento em questão está articulado com a concepção de que a ausência de planejamento prévio e social da produção exige o dinheiro como o ratificante do trabalho gasto na produção das mercadorias. Do que se pode concluir, nos explica o autor, que é essa a razão pela qual não pode existir valor sem dinheiro. E, portanto, a teoria de Marx deve ser entendida não como uma teoria do valor, mas como uma *teoria monetária do valor* e com isso assegura-se a diferença entre Marx e a economia vulgar que concebe de um lado uma economia real (não monetária) e de outro uma economia monetária.

Preventivamente, ao expor o dinheiro por esse caminho, o autor recorre, mais uma vez, a Heinrich para interditar a centralidade do trabalho determinado por mercadoria enquanto práxis constitutiva da sociedade do capital. Ou, de modo mais preciso, interdita a existência do valor como parte constitutiva da mercadoria e as teorias que postulam essa objetividade do mundo do capital, tratando-as como concepções *substancialistas* e teorias pré-monetárias do valor. O suporte dessa concepção acarreta numa hipóstase epistemológica bem distante da constituição imanente da teoria marxiana. Em outras palavras, na ânsia em se afastar de um marxismo idealista, embarga a compreensão de que Marx instaura uma crítica ontológica materialista do ser social, na qual as categorias são determinações da própria existência real e não de uma ideia ou conceito que se põe no mundo humano e se realiza na história. A alternativa apresentada é a da ruptura ou corte epistemológico em Marx e, nessa trilha, o materialismo de Marx teria por característica um privilégio epistemológico atribuído ao trabalho enquanto práxis garantidora da necessidade humana de reprodução de sua vida material.

Nesse momento, incapaz de diferenciar o trabalho universal/geral do trabalho determinado por mercadoria, incorre em mais uma hipóstase: o trabalho é o produtor de toda riqueza. O corolário é evidente: como o trabalho (executado pela classe trabalhadora) sempre produziu a riqueza e sempre produzirá. Como o trabalhador não se apropria de tudo o que produziu, sendo explorado, temos formações sociais injustas, desiguais e opressivas. A tarefa é livrar a humanidade dessa exploração e garantir que o trabalhador se aproprie do que produziu. Como não há um tratamento adequado para a especificidade do trabalho no capitalismo, determinado por mercadoria e, portanto, portador de um duplo caráter, não se compreende adequadamente que é esse trabalho que produz a sociabilidade do capital (valor em expansão). Ignora que, na sociedade capitalista, os laços sociais são indiretos, intermediados pela mercadoria, as relações sociais ocorrem diretamente entre mercadorias e indiretamente entre

humanos. As mercadorias se relacionam no ato da compra e venda, em que é reconhecido aquilo que há em comum nelas: valor. Valor tem por substância o trabalho humano abstrato¹⁹. Esse não é um conceito produzido pela consciência, um tipo de abstração inexistente ou coisa assim. Valor é abstração real e parte constitutiva e constituinte do mundo do capital. Em outras palavras, o trabalho produtor de mercadorias exterioriza a própria relação social na forma de mercadoria e a substância do valor é o que estrutura, molda, modela, plasma, a sociabilidade do capital. O que explica porque esse trabalho é alienado (o sentido da produção está, de imediato, perdido para o produtor) e seu produto é o fetiche da mercadoria – com o que Marx captura a forma específica de dominação no capitalismo, a dominação abstrata do valor (que só pode existir ou como mercadoria ou como dinheiro) e em última instância do tempo (como valor só se diferencia quantitativamente, a única dimensão que importa é a da quantidade de valor que é mensurada pelo tempo de trabalho). Acrescente-se que valor é a forma específica da riqueza da sociedade do capital – uma riqueza abstrata, que é o próprio trabalho. Por fim, valor é forma automediadora por instaurar tanto uma objetividade quanto uma subjetividade adequadas à sua reproduzibilidade. Agora pode-se esclarecer que a famosa divisão entre infraestrutura e superestrutura, só pode ser explicada, adequadamente nos termos do Marx maduro, a partir da prioridade ontológica do valor (trabalho abstrato). Aqui a emancipação humana, tal como tratada por Marx a partir de 1857-58, é aquela que nos livra da dominação abstrata do valor e não simplesmente da desigualdade e da exploração de classe. Ainda que a eliminação do trabalho determinado por mercadoria exija a eliminação simultânea das classes, do Estado, da propriedade privada dos meios de produção etc.

O dinheiro é o espelhamento do valor ou a forma de manifestação do valor. Toda a gênese lógica do dinheiro exposta por Marx tem por objetivo destacar a centralidade do valor (trabalho abstrato) nessa sociedade do capital. Ainda assim, o dinheiro surge, logicamente, na forma de dinheiro-mercadoria (ouro) e ao surgir já traz consigo a possibilidade de dessubstancialização. O que pode ser entendido como mais uma manifestação da contradição entre valor e valor de uso e que produz o permanente aumento da composição orgânica do capital, com a necessária redução do trabalho imediato e aumento do trabalho passado. Como é o trabalho imediato que produz valor, estamos diante de uma tendência geral de mercadorias que possuem, por unidade produzida, cada vez menos valor – eis a perda de substância de que estamos tratando. Por evidente, tal tendência ocorre em meio a contratendências e nunca se manifesta de forma linear. Sem esquecer das sérias consequências que ela aponta para o futuro da humanidade.

Para o autor, sua proposta interpretativa o distanciaria do materialismo sensorialista que “busca na rigidez de uma essência material objetiva as respostas para as questões fundamentais da vida social e econômica” (Paraná, E., 2020, p. 234). Segue-se que uma leitura materialista do dinheiro não sensorialista, mas marxista, tem que desvendar o conjunto de relações sociais que definem o dinheiro e lhe dão sustentação – “a materialidade de seu *conteúdo social*” (Idem). Deprendemos do texto que essas relações sociais não se assentam no valor, mas na forma como se articulam exploração, classes, dinheiro, ideologia, Estado etc. no interior da estrutura social.

Como já vimos, o autor assegura que valor não é determinado previamente na produção das mercadorias, na verdade só na circulação ou venda. O que coloca uma série de problemas

¹⁹ Cabe mencionar que essa é uma substância que é permanência na mudança e que também se modifica em sua permanência. Pois em sua dimensão qualitativa é trabalho abstrato e, portanto, homogênea e imutável. E em sua dimensão quantitativa (tempo de trabalho socialmente necessário) só pode existir em processo permanente de auto-expansão, portanto, como capital, modificando, ampliando sua quantidade. Estamos diante de uma substância que é uma abstração razoável e real e muito distinta das concepções metafísicas de substância.

para a interpretação do mundo do capital a partir do seu modelo, conforme tentamos assinalar acima. Prosseguindo, o autor destaca que a conformidade entre produção e circulação não está dada de início, pois não há planejamento prévio da produção. O que explica a complexidade da determinação do valor. O valor da mercadoria, continua, é determinado pelo tempo de trabalho gasto em sua produção, mas o tempo de trabalho aqui é o socialmente necessário em média. Os preços de mercado, devido aos movimentos da oferta e da procura, diferem desse tempo médio e isso explicaria a necessidade do constante “tateamento” entre valores e preços que Brunhoff introduziu com seu conceito de restrição monetária. Daqui o autor se permite concluir que o dinheiro e as relações monetárias têm enorme importância para o estabelecimento dos valores.

Com o intuito de melhor esclarecer essa importância, apresenta um modelo lógico interpretativo da relação entre valores, preços e exploração, proposto por Saad-Filho. Nele, a equalização do trabalho e as determinações de valores e preços ocorrem em três etapas: normalização, sincronização e homogeneização: (1) Normalização – Como as firmas concorrem entre si em vários mercados distintos, elas necessitam adotar normas específicas de produção e inovar permanentemente para sobreviverem enquanto firmas capitalistas. Essa é a explicação para a normalização do trabalho realizado no interior das firmas capitalistas. A normalização envolve um duplo movimento: de um lado fomenta a constituição da produtividade média em cada firma e ramo de produção e de outro lado, fomenta a subordinação dos trabalhos executados em cada firma e ramo a essa exigência²⁰. A normalização é o que explica o surgimento do tempo de trabalho socialmente necessário e evidencia a obrigatória transferência de valores dos insumos para as mercadorias e a depreciação do capital constante provocada pelo progresso tecnológico. (2) Sincronização – Os valores são sincronizados e isso se revela quando da venda sincrônica, ao mesmo preço, de mercadorias semelhantes produzidas em tempos diferentes ou com tecnologias diversas. (3) Homogeneização – Uma vez que, em cada ramo de produção, os diversos trabalhos produtores de valor (e que são realizados com diferentes produtividades) são normalizados e sincronizados, a homogeneização translada-os em diversas quantidades de trabalho abstrato. Saad-Filho, citado pelo autor, ensina que a homogeneização é um processo que tem três importantes consequências: (a) como valor só pode se manifestar como preço, a produtividade obtida por cada firma e cada ramo de produção “é avaliada apenas pelo valor agregado (em dinheiro) por hora” (Saad-Filho apud. Paraná, E., 2020, p. 238). (b) Valores e preços das mercadorias são determinados simultaneamente. (c) Na produção do dinheiro o trabalho não passa por esse processo de homogeneização, pois dinheiro apenas representa imediatamente o trabalho social. Consequentemente, “o valor do dinheiro é o pivô da homogeneização dos trabalhos realizados nos outros setores e fornece a referência para a formação dos preços” (Idem).

Segue que tudo isso só será possível se o dinheiro cumprir sua função de medida de valores e, acrescenta o autor, é aqui que “a lei do valor busca estabelecer a correspondência entre os preços das mercadorias e o tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução” (Paraná, E., 2020, p. 238). Em seguida o autor salienta que o argumento de Saad-Filho – de que o dinheiro é a razão da homogeneização dos trabalhos efetivados nos diversos setores e propicia o marco para a formação dos preços – sinaliza que o valor do dinheiro tem que manter alguma vinculação com o valor das mercadorias. Como no capitalismo moderno o papel-moeda inconversível já não possui valor, a lei do valor irá se impor ao dinheiro (na função de equivalente geral) e às mercadorias através da restrição monetária (ver Brunhoff). A questão crucial, para o autor, nesse momento, é esclarecer o que é necessário para que o equivalente geral se reproduza enquanto equivalente geral, posto que ele já não possui valor intrínseco, ou

²⁰ Cabe a pergunta: o estabelecimento da produtividade média já não exige a subordinação do trabalho (intensidade, duração, complexidade etc.)? Se sim, não há dois lados, apenas um único movimento.

seja, não possui substância (trabalho abstrato). A resposta sinaliza que essa reprodução exige um intrincado encadeamento dinâmico de validação social que requer a presença do Estado e sua força política e econômica. A metamorfose geral de mercadoria (M) – dinheiro (D), para não privar-se do seu reconhecimento social, exige “certa proporcionalidade, revelando, desse modo, o caráter relativo da autonomia entre valor e valor de troca, e, assim, a necessidade da preservação da lei do valor em última instância – o que possibilita que o dinheiro, símbolo do valor, mantenha certa ligação com o valor que ele representa” (Idem, p. 239). O autor pode agora concluir que o dinheiro para ser reconhecido como equivalente geral não necessita de um valor intrínseco. Basta que a coisa que é dinheiro seja capaz de garantir a reprodução social mantendo as condições sociais médias de cada período.

No capítulo 5 (*Dinheiro, Estado e Poder*) o autor irá revelar que esse encadeamento dinâmico não é apenas econômico, também possui aspectos políticos e ideológicos. Pois, em sua interpretação, ainda que o dinheiro seja, em seu nível crucial, “uma criatura do mercado” (Idem), tanto a sua existência quanto sua reprodução dependem das relações político-ideológicas que são avalizadas, ratificadas e coordenadas pelo Estado – e o Estado é autônomo e, ao mesmo tempo, dependente do conjunto da sociedade. Não obstante, antes de tratarmos do capítulo 5, são necessárias algumas considerações críticas sobre a concepção de dinheiro acima exposta:

(1) Marx não trata de um materialismo sensorialista ou não sensorialista. Na verdade, ele não constrói uma epistemologia para a intelecção do ser em si. Ao contrário, a prioridade é do ser sobre o pensar, da realidade existente em relação a consciência que inquire. Por isso, o que Marx oferece é uma crítica ontológica materialista do ser social e nela, tal como apresentado no Livro Primeiro de *O Capital*, a contradição fundamental da sociedade do capital é a que existe entre valor de uso e valor. Aqui o valor possui prioridade ontológica em relação ao valor de uso e é o momento predominante, o que explica a dinâmica societária. Desse modo, Marx pode apresentar a gênese lógica do dinheiro a partir do valor, não enquanto um conceito apriorístico que se realiza na história, mas enquanto forma do ser social capturada pela consciência que o investiga. Essa é a ligação ineliminável entre valor e dinheiro. Por isso, logicamente, dinheiro só pode se manifestar, em alto grau de abstração, como dinheiro-mercadoria. No entanto, à medida que a categoria é inserida em maiores graus de determinação, apresenta mais mediações, tornando-se cada vez mais real e concreta, evidencia-se que não é necessária a presença do dinheiro-mercadoria para que a categoria dinheiro cumpra suas funções. Em outras palavras, a determinação causal é do valor para o dinheiro e não ao contrário e tampouco simultaneamente.

(2) Mesmo que o planejamento prévio da produção de mercadorias ocorresse, isso não eliminaria o dinheiro como equivalente geral. Pois produzir mercadorias é produzir valor, e valor só pode se manifestar na esfera fenomênica em algo que esteja na forma equivalente, ou melhor que opere como equivalente geral. Como, sabemos, como dinheiro pode ser retirado da circulação sem efetivação do consumo, mesmo que se planeje a produção previamente, isso não se elimina a possibilidade de crises monetárias e, portanto, de divergência entre produção e circulação.

(3) Mercadorias têm um duplo fator: valor de uso e valor, nos diz Marx no primeiro item do capítulo 1 do Livro Primeiro de *O Capital*. Mercadorias são, ao mesmo tempo valor de uso e valor, pois são produzidas com valor de uso (corpo físico que define o leque das utilidades possíveis da mercadoria) e valor (trabalho abstrato) pelo trabalho produtor de mercadorias, o qual tem, naturalmente, duplo caráter: trabalho útil, concreto (produz o valor de uso) e trabalho abstrato (produz o valor). Portanto, a ideia de que valor não seja produzido na produção é absurda em si. O que ocorre é que valor é relação social que envolve, necessariamente, a

personificação do capital e o vendedor da mercadoria força de trabalho. Só se diferencia na dimensão quantitativa, pois na qualitativa ele é homogêneo (trabalho abstrato). E sua quantificação se dá pelo tempo de trabalho socialmente necessário gasto, em média, para produzir a mercadoria no ramo de produção a que ela pertence. Reafirmando o que já vimos: ao produzir a mercadoria, a personificação singular do capital não sabe se sua mercadoria foi produzida na média, acima ou abaixo. Só irá descobrir quando da venda da mercadoria. Por isso, o que temos é a produção de valor em potência (*dynamei*) que pode ou não se efetivar quando da venda da mercadoria. E todo esse processo ocorre porque mercadorias são valores e na troca igualam-se valores presentes em distintos valores de uso. O que demonstra que em seu nível mais crucial de determinação, por um lado, que o valor pode se efetivar sem a presença do dinheiro e, por outro lado, que o dinheiro se determina pelo valor; ainda que suas formas mais concretas e mediadas se manifestem como formas “dessubstancializadas” (sem trabalho abstrato que é a substância do valor).

(4) A transformação de valores em preços independe do poder de compra do dinheiro. Não é através do dinheiro que se determina o preço da mercadoria. Preços são determinados pela distribuição de mais-valor produzido como parte alíquota proporcional ao capital investido ao longo do processo de igualação da taxa de lucro. O dinheiro só explica a variação do nível geral de preços e não a alteração de valores e preços. O problema está na confusão que o autor aparenta fazer entre valor do dinheiro (trabalho abstrato) e poder de compra do dinheiro (quantidades de mercadorias que cada peça monetária pode comprar a cada período de tempo).

(5) A *restrição ou coerção monetária* de Brunhoff nada mais é do que a oferta de dinheiro adequada para que toda a produção mercantil realize o seu valor. Caso essa oferta seja excessiva, teremos inflação e, caso seja escassa, deflação. Ainda assim, isso não explica a transformação de valores em preços, somente determina o poder de compra do dinheiro e não o seu valor.

(6) O modelo lógico de Saad-Filho guarda semelhanças com as demonstrações lógico-formais da microeconomia neoclássica e seus efeitos preço, renda e riqueza. O modelo, com o aparente intuito de ser didático, tenta separar o que se manifesta em bloco e incorre em uma indeterminação causal para aquilo que possui uma única determinação causal – o valor. O valor, como já vimos, é produzido na produção da mercadoria, surgindo como valor em potência de ser ou não ser efetivado como valor. Quando da venda da mercadoria esse valor em potência pode se realizar ou não. Essa incerteza exige que cada personificação do capital normalize seu processo de trabalho de acordo com o que se verifica na produção dos seus concorrentes, além disso, como valor é quantificado pela média de tempo de trabalho socialmente necessário, essa média garante e explica o que é chamado aqui de sincronização. Por fim, a homogeneização ocorre na própria categoria valor. Pois valor é trabalho humano abstrato, ou seja, o movimento das mercadorias abstrai a especificidade do trabalho útil, concreto executado para a produção da mercadoria. Esse movimento, homogeneiza as mercadorias, e as iguala como valores²¹. As duas das implicações do processo de homogeneização são, no mínimo, questionáveis: (a) valores e preços, como vimos, não são determinados simultaneamente. Mercadorias vêm ao mundo com valores (em *dynamei*) e os valores determinam os preços e não o inverso e tampouco de forma simultânea. Se assumirmos que ocorre de forma simultânea, perdemos a causalidade explicativa e entramos num círculo vicioso que só poderá ser resolvido pela

²¹ É o fato de o valor ser por qualidade homogêneo e, por isso, permitir a igualação, que um dos lemas das revoluções burguesas e do iluminismo é a igualdade. Além disso, esse aspecto explica a tendência da sociedade do capital em interditar o futuro e reproduzir o presente permanentemente. Em outras palavras, essa é o fundamento material que explica, por exemplo, porque é mais fácil, para o senso comum, pensar no fim do mundo do que pensar no fim do capitalismo. Sobre essas questões, ver Postone (2014).

introdução de fatores extraeconômicos. (b) Se “o valor do dinheiro é o pivô da homogeneização dos trabalhos realizados em outros setores e referência para os preços” e se a produção desse dinheiro já não envolve a homogeneização do trabalho, pois se trata de papel-moeda sem valor ou substância, ocorre que o que está sendo referido por valor do dinheiro nada mais é do que o poder de compra de cada unidade monetária. Sendo essa a porta de entrada para o conceito de restrição monetária de Brunhoff. O que torna patente que há uma confusão entre valor do dinheiro e poder de compra da moeda.

(7) Ao contrário do afirmado, para Marx a moeda é signo do valor (capítulo 3, item 2 – Meio de Circulação, subitem b, Livro Primeiro de *O Capital*). E todo dinheiro que circula na sociedade do capital é emitido pelo Banco Central – tanto o papel-dinheiro como o dinheiro bancário (que representa o dinheiro de papel e que consta nos depósitos bancários) são dinheiro de crédito. O papel-dinheiro do Banco Central passa pelo sistema de crédito e aí é multiplicado (ver o multiplicador bancário). Após apresentar a categoria capital bancário no Livro III de *O Capital*, Marx aborda esse ponto²².

Nesse ponto cabe tratar de forma sucinta das funções do dinheiro tal como Marx as expõe no Livro Primeiro. De início, o autor destaca que no referido capítulo 3 o ouro é o dinheiro-mercadoria e, em seguida, passa a tratar da primeira função do dinheiro – medida dos valores.

O dinheiro-mercadoria (ouro) fornece ao mundo das mercadorias o material para a expressão dos valores em um denominador qualitativamente igual e quantitativamente comparável. E isso só é possível porque o ouro, assim como o valor, só se diferencia quantitativamente sendo homogêneo qualitativamente, eis o motivo pelo qual o ouro pode servir de expressão adequada do valor. Marx adverte que mercadorias não são comparáveis devido ao dinheiro, mas porque todas as mercadorias são valores, assim como o dinheiro-mercadoria. A *função medida de valor* é a forma de manifestação da medida imanente dos valores que é o tempo de trabalho socialmente necessário gasto em média para produzir as mercadorias. A expressão do valor da mercadoria em ouro é sua forma dinheiro ou preço. Essa forma dinheiro ou preço da mercadoria, de modo semelhante ao valor em geral “é distint[a] de sua forma corpórea real e palpável, ou seja, é uma forma apenas ideal ou representada” (Marx, 2017, p. 170). Por isso, para informar os preços das mercadorias é necessário “fixar etiquetas” de preço nas mercadorias; nesse caso estamos diante do dinheiro ideal ou imaginário. A mercadoria-dinheiro ouro, nessa função, é medida de valores e padrão de preços. Ainda que, na forma preço, a mercadoria possa ter sua forma real de mercadoria e, ao lado disso, a forma preço ideal ou imaginária. Para se ter o preço da mercadoria basta igualá-la à quantidade de dinheiro-mercadoria pela qual eu espero trocá-la. Ela não pode ser ao mesmo tempo mercadoria particular e dinheiro-mercadoria; e para que ela se afirme como equivalente geral é preciso que

²² Destacamos que a principal manifestação do capital nesse início do século XXI, o capital fictício, não possui destaque na construção teórica oferecida pelo livro aqui resenhado. Klagsbrunn (2021) oferece interessante síntese a respeito do capital fictício:

Trata-se do montante de dinheiro normalmente representado por um instrumento de crédito formal ou exigível, que possibilita ao seu detentor um pagamento regular no tempo, fixo ou variável. Neste sentido não só a dívida frente ao banco - um crédito - é capital fictício para o banco, pois dela o banco retira rendimentos futuros; também os depósitos bancários constituem capital fictício para o banco na medida em que possibilitam rendimentos futuros quando o banco reempresta uma parte dos depósitos de seus correntistas.

ocorra a troca da mercadoria pelo dinheiro-mercadoria. Conclui Marx que “sob a medida ideal dos valores esconde-se, à espreita, o dinheiro sonante” (Marx, 2017, p. 178). Em outras palavras, a função medida dos valores pressupõe outra função, mais concreta – meio de circulação.

Ao tratar da função do dinheiro enquanto *meio de circulação*, Marx apresenta três momentos distintos: metamorfose das mercadorias, o curso do dinheiro e moeda – signo do valor. Vejamos rapidamente cada um deles.

Logo no início do item *A Metamorfose das Mercadorias*, Marx nos diz que

o processo de troca de mercadorias envolve relações contraditórias e mutuamente excludentes. O desenvolvimento da mercadoria não elimina essas contradições, porém cria a forma em que elas podem se mover. Esse é, em geral, o método com que se solucionam contradições reais (Marx, 2017, p. 178).

Ele explicita, a partir dessa afirmação, que a antítese interna à mercadoria (entre valor e valor de uso) se explicita em uma antítese externa (mercadoria e dinheiro), nessa última a mercadoria se apresenta como valor de uso e o dinheiro como representação do valor ou o próprio valor de troca. Aqui o autor opera logicamente e demonstra a ligação entre valor e preço (quantidade do dinheiro, que, no caso, é dinheiro-mercadoria ouro). Essa exposição é necessária por capturar o cerne do processo de circulação da economia capitalista e para demonstrar que o momento predominante é o valor. Repare que no capítulo seguinte do Livro Primeiro o dinheiro já não é mais tratado apenas como dinheiro, mas como dinheiro que circula como capital – o que é explicado por novo deslocamento lógico da contradição fundamental constitutiva da mercadoria (valor e valor de uso). Ainda assim, nesse nível de abstração categorial o autor precisa abstrair as formas mais mediadas do dinheiro e, em particular, a mediação do crédito. Por isso, ele tem que utilizar o dinheiro-mercadoria e não o dinheiro-de-papel ou mesmo o papel-dinheiro enquanto equivalente geral. Ainda que, na sequência da exposição ele demonstre como o papel-dinheiro ou dinheiro de crédito de curso forçado devém, logicamente, do dinheiro-mercadoria.

A metamorfose das mercadorias expressa a mudança de forma que o valor das mercadorias sofre ao longo do processo de troca. As mercadorias se transformam em dinheiro-mercadoria e o dinheiro-mercadoria se transforma em outras mercadorias e esse processo de troca é possível porque mercadorias e dinheiro-mercadoria se igualam por seus valores (trabalho abstrato) e, dessa maneira, o valor permanece constante nas trocas modificando-se a forma por ele assumida. O processo de troca intermediado pelo dinheiro estabelece o circuito mercadoria (M) – dinheiro (D) – mercadoria (M). A primeira metamorfose é a venda ou salto mortal da mercadoria – pois não há garantia da venda da mercadoria no mercado. Caso não seja vendida, seu valor em *dynamei* não se efetiva e o produtor incorre em perdas. A segunda metamorfose é a compra, e não há obrigação do possuidor de dinheiro ter que comprar de imediato mercadorias. Caso ele não realize novas compras, pode surgir uma crise monetária. Em outras palavras, a simples presença do dinheiro, separando temporalmente oferta de procura ou vendas de compras, introduz a possibilidade formal das crises econômicas.

O *curso do dinheiro* mostra a repetição constante e tediosa do mesmo processo (M-D e D-M), ou ainda, o metabolismo das mercadorias se realiza através dos atos de compra e venda, isso exige a permanente mudança da forma dos valores de uso e a permanência do mesmo quantum do valor. Na circulação M-D-M, o início e o fim do ciclo são caracterizados pela posse de valor de uso, o valor subjacente é o mesmo no início e no fim, pois ele garante a igualdade dos desiguais – equivalente se troca por equivalente. Acrescento que essa circulação é uma abstração razoável/real da sociedade do capital, pois a circulação do capital, em seu nível mais

crucial, se caracteriza por iniciar e terminar com a posse do valor e não do valor de uso. Ou, mais precisamente, com a posse da coisa que é a encarnação do valor de troca (expressão do valor), que é o dinheiro: D-M-D²³. Tomando uma sequência de atos de compra e venda D-M-D-M-D, evidencia-se que podemos destacar dessa sequência (que é parte integrante do mundo capital) o ciclo M-D-M ou o ciclo D-M-D, ambos são encontrados na (e abstrações da) na sociedade do capital²⁴.

Na circulação M-D-M o dinheiro (D) é meio de compra pois realiza o preço da mercadoria. Lembrando que o preço, nesse momento da exposição de Marx, e considerando o grau de abstração categorial, é a expressão do valor da mercadoria (M) sob a forma do dinheiro-mercadoria (D) ou (a mercadoria que possui o monopólio social se ser equivalente geral); ocorre que a venda da mercadoria e a compra por dinheiro (ou) é a efetivação do valor em potência que é produzido no ato de produção da mercadoria. Nesse circuito M-D-M o dinheiro sempre se encontra na posse do comprador e ao permitir a passagem da mercadoria do vendedor para o comprador, ele próprio, o dinheiro, sai da posse do comprador para a do vendedor. E “essa forma unilateral do movimento do dinheiro nasce da forma bilateral do movimento das mercadorias”, permanecendo oculta enquanto tal porque a “natureza da própria circulação das mercadorias gera a aparência contrária” (Marx, 2017, p. 188-189). Na circulação das mercadorias a substituição de uma mercadoria por outra

não parece ser mediado por sua própria mudança de forma, mas pela função do dinheiro como meio de circulação, que faz circular mercadorias que, por si mesmas são imóveis, (...) embora o movimento do dinheiro seja apenas a expressão última da circulação de mercadorias, é esta última que, ao contrário, aparece simplesmente como resultado do movimento do dinheiro” (Idem, p. 189).

Aqui Marx não poderia ser mais explícito: é o movimento das mercadorias que explica o movimento do dinheiro ainda que, na aparência, o dinheiro surja como a causa do movimento. O dinheiro é meio de circulação por que é o valor autonomizado das mercadorias, por isso o “seu movimento como meio de circulação é, na verdade, apenas o movimento próprio da forma delas [mercadorias]” (Idem, p. 189). Toda mercadoria, após ser vendida, sai da esfera da circulação e cai na esfera do consumo, e o dinheiro permanece na esfera da circulação posto que sua função é operar como meio de compra ou valor autonomizado. A permanência do dinheiro coloca uma questão para Marx: qual quantidade de dinheiro a esfera da circulação constantemente absorve?

Marx nos lembra que nos preços pelos quais os vendedores esperam vender suas mercadorias ocorre uma igualação prévia das mercadorias a determinadas quantidades de dinheiro. Como nesse grau de abstração da exposição há contraposição imediata entre M-D, a conclusão é que “a massa de meios de circulação requerida para o processo de circulação do mundo das mercadorias é determinada de antemão pela soma dos preços das mercadorias” (Idem, p. 190). Como preço é a forma pela qual o valor se manifesta, o que está afirmado é que a massa de dinheiro circulante é determinada pelo valor²⁵. Destaco que isso é inteiramente distinto de se afirmar que valor e dinheiro são determinados simultaneamente. Marx, logo em seguida acrescenta que “o dinheiro não faz mais do que representar realmente a quantidade de ouro que já está expressa idealmente na soma dos preços das mercadorias” (Idem). Por

²³ Naturalmente, aqui é a circulação do dinheiro como capital, ainda que com certo grau de abstração, já que a circulação real/concreta do capital é D-M-D' (D' = D + ΔD).

²⁴ Registre-se que o ciclo M-D-M descreve exatamente o comportamento do vendedor da mercadoria força de trabalho. Nesse caso M é a força de trabalho e D o salário.

²⁵ “Esse valor é pressuposto na função do dinheiro como medida de valor e, portanto, com a determinação do preço” (Marx, 2017, p. 191).

consequência, variações na quantidade do dinheiro que funciona como meio de circulação decorre alterações na função medida de valor da própria categoria dinheiro. E o valor do dinheiro se altera na razão inversa da alteração da força produtiva do trabalho das minas que extraem o ouro. Aqui é preciso destacar que, nesse momento, a diferença entre o valor do dinheiro e o poder de compra do dinheiro não se explicita. Pois, nesse nível de abstração aumento de produtividade nas minas de ouro, sem que o valor das outras mercadorias se altere, faz com que se tenha que entregar maiores quantidades de ouro (dinheiro) pelas mesmas quantidades de mercadorias, indicando a perda do poder de compra do dinheiro. Quando passamos a um nível mais concreto, e mais mediado, da exposição, na presença do crédito, do Estado etc. ocorre que temos dinheiro sem valor, mas com poder de compra que pode se alterar por motivos outros que não o da mudança da força produtiva do trabalho nas minas de ouro. Essa exposição esclarece a necessidade de diferenciar os dois fenômenos.

Marx, em seguida, explica que a quantidade de dinheiro que funciona como meio de circulação está em razão direta à soma dos preços das mercadorias e em razão inversa do número de cursos das peças monetárias de mesma denominação. E que essa lei pode ser enunciada incluindo a categoria valor:

(...) considerando-se uma dada soma de valor das mercadorias e uma dada velocidade média de suas metamorfoses, o volume de dinheiro ou do material do dinheiro em movimento depende de seu próprio valor. Ao contrário, a ilusão de que os preços das mercadorias são determinados pela quantidade do meio de circulação, e de que esta última é, por sua vez, determinada pela quantidade de material de dinheiro que se encontra num país tem suas raízes, em seus primeiros representantes, na **hipótese absurda de que, ao entrarem em circulação, as mercadorias não possuem preços e o dinheiro não possui valor** [Grifos meus – PH], de modo que uma parte alíquota da massa de mercadorias é trocada por uma parte alíquota da montanha de metais. (Marx, 2017, p. 196-197)

O autor é enfático quanto ao fato de que mercadorias entram na circulação com preço (ideal ou imaginário), pois possuem valor (em *dynamei*) e o dinheiro, nesse grau de abstração em que a exposição se encontra, possui valor (trata-se de dinheiro-mercadoria ouro). Sem embargo, ao descrever a moeda, ficará evidente que é possível a presença de um representante, de um signo, no lugar do dinheiro-mercadoria ouro.

A subfunção seguinte (da função meio de circulação) é apresentada no item intitulado *A moeda. Signo do valor*. Aqui Marx explicita que a categoria moeda deriva da função do dinheiro como meio de circulação. Inicia lembrando que a porcentagem do peso do ouro que é representada no preço das mercadorias tem que se encontrar com elas na circulação como moedas de ouro. E que cabe ao Estado a determinação do padrão de preços em moeda nacional e a cunhagem dessas moedas. Bem entendido, como a moeda que circula no lugar do ouro enquanto dinheiro-mercadoria é validada e garantida pelo Estado, elas só podem ter validade no interior das fronteiras geográficas controladas pelo Estado emissor. Ou seja, no mercado mundial, o dinheiro-mercadoria ouro volta a operar. Marx enfatiza que na circulação as moedas de ouro sofrem desgaste pelo uso de tal modo que o conteúdo real e nominal, ou a substância e a denominação, iniciam um processo de separação – como passam a ter peso diferente do estabelecido pela norma estatal, o valor diverge da designação. “O ouro, como meio de circulação, diverge do ouro como padrão dos preços e, com isso, deixa também de ser o equivalente efetivo das mercadorias, cujos preços ele realiza” (Marx, 2017, p. 199). Há uma tendência natural do processo de circulação de transformar a moeda-dinheiro ouro em um signo do seu conteúdo físico metálico oficial. Ou seja, para Marx, o curso do dinheiro “traz consigo, de modo latente, a possibilidade de substituir o dinheiro metálico por moedas de outro material ou por símbolos” (Idem). As moedas de prata e bronze, no seu curso, em comparação com as

moedas de ouro, se desgastam ainda mais rapidamente. O que demonstra que sua função como meio de circulação (moeda) se separou totalmente do seu valor (trabalho abstrato) – ou seja, temos a origem da tendência à desmaterialização e dessubstancialização do dinheiro. Reafirma Marx: “Nas fichas metálicas [prata ou cobre], o caráter puramente simbólico ainda se encontra de certo modo escondido. No papel-moeda, ele se mostra com toda evidência” (Idem, p. 200). Marx, nesse momento, aponta para o papel-moeda de curso forçado e emitido pelo Estado e que deriva da circulação metálica sendo, ele próprio, conversível em ouro. Ainda não se trata do dinheiro de crédito em geral (e tampouco do dinheiro de crédito de curso forçado emitido pelos Bancos Centrais modernos). Assim ocorre porque o papel-moeda é produto da função meio de circulação do dinheiro, a qual Marx está analisando nesse subitem. Já dinheiro de crédito é produto da função do dinheiro como meio de pagamento e que Marx irá analisar logo em seguida.

Concluindo, Marx sustenta que o papel-moeda é signo do dinheiro (nesse nível de abstração, ouro). O papel-moeda se relaciona com o valor das mercadorias na medida em que esses valores “estão idealmente expressos nas mesmas quantidades de ouro simbólica e sensivelmente representada pelo papel. O dinheiro só é signo de valor na medida em que representa quantidades de ouro, que, como todas as outras mercadorias, são também quantidades de valor” (Idem, p. 201-202). Marx elucida que o ouro só pode ser substituído por símbolos (de si mesmo) sem valor (trabalho abstrato) uma vez que seja emancipado em sua função meio de circulação, ou seja, como moeda – como vimos, nesse caso, sua vida funcional absorve sua existência material. O que é necessário é que a moeda seja o reflexo dos preços das mercadorias. Ainda assim, esse signo do dinheiro carece de legitimidade

objetivamente social, e esta é conferida ao símbolo de papel por meio de sua circulação forçada. Essa obrigação estatal vale apenas no interior dos limites de uma comunidade ou na esfera da circulação interna, mas é somente aqui que o dinheiro corresponde plenamente à sua função de meio de circulação ou de moeda e pode, assim, assumir no papel-moeda um modo de existência meramente funcional, apartado de sua substância metálica. (Marx, 2017, p. 203)

Acreditamos que fica esclarecido que Marx apresenta a categoria dinheiro e suas funções a partir de graus de abstração razoável/real que, por evidente, pressupõem e exigem o todo concreto complexo da sociedade do capital já estabelecido – manifesto que as abstrações, capturadas por Marx, são partes constitutivas dessa realidade complexa. A cada passo da exposição, de Marx, surgem novas funções, novas mediações, há uma intensificação categorial, e a categoria dinheiro vai se aproximando das formas fenomênicas usuais de manifestação. No momento da exposição, que resumimos acima, surge a moeda enquanto função específica da categoria dinheiro plenamente constituída, categoria moeda que é distinta e constitutiva da categoria dinheiro e sem essa diferenciação e especificação não se consegue entender adequadamente o sistema monetário dos dias de hoje – com dinheiro de crédito de curso forçado e sem valor.

Marx termina a exposição das funções da categoria dinheiro apresentando o item 3. Dinheiro. De partida afirma que a mercadoria que é dinheiro (ouro ou prata) tem que executar as funções medida de valor e meio de circulação. Ela é dinheiro quando: (1) tem que se manifestar em sua corporeidade física como mercadoria que é dinheiro (ouro ou prata) – nem como dinheiro ideal ou imaginário da função medida de valor, nem como signo do valor que é resultado da função meio de circulação. (2) Devido a sua função de ser dinheiro (equivalente geral) o ouro se fixa exclusivamente na figura de valor – existência do valor de troca.

Estabelecidas as mediações e determinações que constituem o mínimo necessário para termos a categoria dinheiro conectada com o valor (trabalho abstrato), Marx apresenta as três

funções do dinheiro enquanto dinheiro: entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial.

O *entesouramento* é a transformação da moeda em dinheiro, ou ainda, a interrupção do curso do dinheiro ou da metamorfose das mercadorias M-D-M. De meio do metabolismo o dinheiro transforma-se em um fim em si mesmo e se cristaliza na forma de tesouro, ou seja, é entesourado. O desejo pelo entesouramento se explica porque dessa forma se transforma a potência social em potência privada. A pulsão e entusiasmo pelo entesouramento não tem medida e isso é explicado por dois fatores contraditórios: (a) qualitativamente e por sua forma – dinheiro é representante universal da riqueza que pode ser transformado rapidamente em qualquer outra mercadoria. (b) Quantitativamente dinheiro é restrito, um meio de compra limitado.

Sabemos que ocorrem oscilações constantes na circulação de mercadorias e o dinheiro ora se transforma em moeda e ora a moeda se transforma em dinheiro. O *entesouramento* cumpre, na economia da circulação metálica, a função mais imediata de servir como canal de fluxo e refluxo do dinheiro em circulação garantindo que o dinheiro não transborde os canais da circulação.

A função *meio de pagamento* envolve operações de crédito – portanto, trata-se de meio de pagamento de dívidas assumidas. Marx, de modo semelhante ao que já havia feito no capítulo 1 desse Livro Primeiro de *O Capital*, argumenta que o desenvolvimento (lógico) da circulação mercantil propicia a separação temporal entre a alienação (venda) da mercadoria e a realização do seu preço. Basta considerar que mercadorias distintas levam tempos distintos de produção. Desse modo, o produtor de uma mercadoria A pode se apresentar no mercado como vendedor antes que outro produtor tenha vendido sua mercadoria B e recebido dinheiro e tenha condições de realizar a compra da mercadoria A. Com a repetição constante das mesmas transações entre os mesmos produtores, “as condições de venda das mercadorias regulam-se de acordo com suas condições de produção” (Marx, 2017, p. 208). Agora um vendedor de mercadorias vende o que já foi produzido e o comprador compra sem ter dinheiro sonante, operando como representante de um dinheiro que será recebido no futuro após a venda de suas próprias mercadorias. O vendedor se torna credor e comprador se torna devedor, temos uma nova mediação que sobredetermina a mediação anterior, o que caracteriza o modo como Marx concretiza suas categorias e sua exposição ao longo desse livro. Com essa nova mediação, naturalmente a categoria dinheiro recebe outra função – meio de pagamento. Agora temos, no texto, a presença da categoria dinheiro realizando toda sua potencialidade (*dynamei*), eis a forma de sua manifestação fenomênica na sociedade do capital plenamente desenvolvida. Dinheiro como meio de pagamento não elimina as funções anteriores, mas as intensifica: quando da determinação contratual (entre credor e devedor) do preço da mercadoria que será vendida, dinheiro se apresenta na função medida de valor. Como a mercadoria, após a celebração do contrato de crédito, troca de mãos, o dinheiro exerce a função meio de troca, ainda que o dinheiro aqui seja ideal/imaginário (uma promessa) e só vai se apresentar quando da liquidação da dívida. Nesse momento, na data do vencimento da dívida, o meio de pagamento (dinheiro) sai do bolso do devedor e vai para o bolso do credor. Ele entra na circulação após a mercadoria já ter saído dela, ou seja, “o dinheiro não medeia mais o processo. Ele apenas conclui de modo independente, como forma absoluta do valor de troca ou mercadoria universal” (Idem, p. 209). A segunda metamorfose das mercadorias ocorre antes da primeira, pois o devedor/comprador pode comprar sem ter vendido suas mercadorias. A mercadoria do credor/vendedor realiza seu preço mediante um título de crédito de direito privado que lhe assegura o recebimento de dinheiro sonante no futuro. Nesse caso o valor de uso da mercadoria vendida se realiza (ela será consumida pelo comprador) antes que se realize

o seu valor (isso só ocorre quando da conversão do valor, em potência, em dinheiro sonante). A primeira metamorfose só devém concluída a posteriori.

Dinheiro na função meio de pagamento acrescenta um outro aspecto ao quadro delineado por Marx e que é decorrência da intensificação ou concretização categorial. Se antes de considerar o crédito, as operações de compra e venda tinham por objetivo a posse de valores de uso, agora delinea-se a posse do dinheiro como o fim último das operações; a busca pelo representante do valor (dinheiro) é resultado lógico da expansão e consolidação do próprio processo de circulação de mercadorias. Já vimos que a lógica do capital é a posse do valor e não do valor de uso. Sabemos que o dinheiro é a melhor forma de representar o valor e, por conclusão, capital só pode ser representado como D-M-D (em sua fórmula mais abstrata) ou D-M-D' (que é a fórmula mais geral do capital tal como aparece na esfera da circulação). Em suma: crédito e meio de pagamento só podem ser adequadamente entendidos nesse grau de concretude. Eles só existem, de fato, na presença do capital (valor em expansão).

Com a função dinheiro de crédito a determinação da quantidade de dinheiro que é necessária para realizar a soma dos preços (portanto, dos valores transformados) das mercadorias também é sobredeterminada. A princípio, sustenta Marx (2017, p. 210) essa quantidade sujeita-se à velocidade do curso dos meios de pagamento e tem duas causas que a condicionam: a concatenação das ligações entre credor e devedor e o intervalo de tempo entre os pagamentos. Aqui a cadeia de pagamentos constitui o movimento do meio de pagamento e esse movimento expressa uma conexão social que já ocorreu antes do movimento. Quando temos apenas o curso do dinheiro como meio de circulação, esse curso origina a conexão entre compradores e vendedores e essa conexão só pode existir no interior do curso do dinheiro. Nesse caso, se as compras ocorrem simultânea e coincidentemente, a velocidade de circulação da moeda (função meio de circulação) é limitada em sua capacidade de economizar dinheiro. Quando temos o dinheiro e sua função meio de pagamento, compras simultâneas e coincidentes impulsionam a economia do dinheiro. A concentração geográfica dos pagamentos facilita o surgimento de organizações e procedimentos adequados para a liquidação das posições de devedores e credores. Marx destaca que quanto maior for a concentração dos pagamentos menor será a quantidade de meios de pagamento necessária na circulação e arremata a questão dizendo:

Se consideramos agora a quantidade total do dinheiro em circulação num período determinado, veremos que dada a velocidade do curso do meio de circulação e dos meios de pagamentos, ela é igual à soma dos preços das mercadorias a serem realizados mais a soma dos pagamentos devidos, menos os pagamentos que se compensam uns aos outros e, finalmente menos o número de ciclos nos quais a mesma peça monetária funciona, ora como meio de circulação ora com meio de pagamento. (...) Mesmo estando dados os preços, a velocidade do curso e o equilíbrio dos pagamentos, a quantidade de dinheiro deixa de coincidir com a quantidade de mercadorias em circulação durante um período de tempo (...). (Marx, 2017, p. 212)

Marx, com a categoria dinheiro plenamente constituída, demonstra que a determinação da quantidade total de dinheiro em circulação é determinada, dentre outras, pelas funções meio de circulação e meio de pagamento e pela soma dos preços (valores transformados e preços) das mercadorias a serem confirmados no mercado. A quantidade de dinheiro não determina os valores, na verdade a venda pode, ou não, confirmar o valor em *dynamei* como valor efetivo. Podemos acrescentar que se evidencia que alterações no valor (trabalho abstrato) do dinheiro-mercadoria ouro, não afeta a transformação de valores em preços. O mesmo raciocínio vale para a perda de poder de compra do papel-moeda de curso forçado emitido pelos Bancos Centrais.

Há, ainda, dois outros aspectos a serem destacados: (a) a quantidade de meios de pagamentos necessária para a realização dos pagamentos frequentes de dívidas relaciona-se inversamente com o tempo de vencimento desses pagamentos. (b) A generalização das operações de crédito exige quantias de dinheiro entesouradas para compensar dívidas quando dos seus vencimentos. Por isso se, por um lado, a acumulação capitalista elimina o entesouramento como forma de enriquecimento, por outro ela o repõe, sob a forma de fundos de reserva, enquanto necessidade para que as operações a crédito sejam liquidadas.

Não se pode descuidar de que a função meio de pagamento é constituída por uma contradição que se manifesta com toda força nos momentos de crise econômica. O dinheiro que funciona como meio de pagamento, o faz enquanto dinheiro de conta ou dinheiro ideal quando ocorre a compensação dos pagamentos de dívidas. Quando há a necessidade do pagamento efetivo, com dinheiro sonante, o dinheiro já não pode ser meio de circulação ou signo de si mesmo. Aqui ele opera “como encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta” (Marx, 2017, p. 211). Em um quadro em que o dinheiro como meio de pagamento está plenamente estabelecido – e com ele todo um sistema artificial de liquidação de dívidas – a eclosão de uma crise monetária exige que o dinheiro se apresente como dinheiro sonante e não apenas como dinheiro ideal ou dinheiro de conta. Com a crise, a oposição entre o valor de uso (mercadoria) e o valor (dinheiro enquanto figura do valor) é levada ao seu paroxismo, diz Marx que, por esse motivo: “a forma de manifestação do dinheiro é aqui indiferente. **A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro, em dinheiro creditício ou em cédulas bancárias etc.** [Grifos meus – PH]” (Idem). Temos, neste ponto, outra manifestação inequívoca de que dinheiro de crédito é a forma que assume a categoria dinheiro enquanto dinheiro, nesse caso já com a possibilidade da inconversibilidade em ouro. Marx explica que o dinheiro de crédito é produto do dinheiro como meio de pagamento e surge a partir do momento em que certificados de dívidas, emitidos contra mercadorias recebidas, circulam e permitem a transferência da dívida para outro credor. A expansão da produção de mercadorias e, portanto, a consolidação da forma de mediação social indireta fundada no valor, faz com que o dinheiro como meio de pagamento transceda a esfera da circulação de mercadorias e devesse “a mercadoria universal dos contratos” (Idem, p. 213).

A última função do dinheiro enquanto dinheiro, do dinheiro enquanto categoria que realiza todo o seu *dynamei*, é *dinheiro mundial*. Anteriormente tratamos dessa função, de modo que aqui é suficiente reafirmar que não é adequado falar em moeda internacional ou moeda mundial. Para Marx, moeda emana da função meio de circulação e diz respeito a uma autoridade (Estado) emissor. Por isso que, no comércio mundial, tem-se dinheiro mundial e esse, nos limites da realidade da sociedade do capital que Marx conheceu, era dinheiro-mercadoria ouro. É importante reter que no século XIX o que Marx capturou como tendências gerais do devir do capital só se efetivaram nesse início do século XXI (vide o predomínio do capital fictício como forma de acumulação fictícia de capital). No que diz respeito à categoria dinheiro, ocorre que a tendência inscrita na essência do ente dinheiro é a sua desmaterialização e dessubstancialização e tal tendência (que em Marx nunca é probabilística e envolve forças contrarrestantes) só se apresenta com toda sua força a partir dos anos 1970. O que advogamos é a validade da teoria do dinheiro de Marx arrimada na teoria do valor, ou ainda, o valor como prioridade ontológica do dinheiro e momento predominante.

Voltando ao livro *Bitcoin: a utopia tecnoburocrática do dinheiro apolítico*, Edemilson Paraná, após apresentar sua figuração a respeito das categorias valor, dinheiro e capital em Marx e em alguns marxistas, passa a tratar das ligações entre dinheiro, Estado, poder, fetiche e ideologia, no capítulo 5 (*Dinheiro, Estado e Poder*). Nossos comentários a respeito desse capítulo serão breves, não por ter menor importância, mas porque essa resenha já se estende por

demais e por entendermos que o tratamento que o autor oferece a essas categorias e conceitos tem por sustentação a interpretação sobre valor, dinheiro e capital que procuramos expor criticamente anteriormente. Dessa maneira, em boa medida, nossos comentários serão desdobramentos lógicos das críticas anteriormente oferecidas.

Vejamos uma passagem em que o autor inicialmente articula sua figuração de mundo:

(...) como o fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital se articulam num complexo subsumido à dimensão ideológica da ordem social uma tal ordem que não pode ser reproduzida senão por meio de aparelhos que pressupõem a existência do Estado (capitalista moderno). Mas um Estado pensado aqui a partir da materialidade (e contingência) das relações de poder que o constituem na luta de classes e demais conflitos políticos e, assim, a partir de sua autonomia relativa – algo especialmente evidente quando se trata da moderna gestão estatal do dinheiro²⁶. (Paraná, E., 2020, p. 242-243)

Como ideologia nada mais é do que a representação ideal dos conflitos reais entre as classes sociais, o que o autor sustenta, e que é algo recorrente em seu texto, o leva a um caminho que o afasta de Marx: em sua angulação, a ideia subsume o ser em si realmente existente ou a ideia tem a prioridade ontológica frente ao ser social do capital e é o seu momento predominante. A dificuldade da perspectiva oferecida pelo autor está na inexistência do valor no constructo lógico. Do modo como compreendemos a teoria madura de Marx, tal como exposta no Livro Primeiro de *O Capital*, o valor é o momento predominante na dinâmica societária do capital e possui prioridade ontológica em relação ao conjunto categorial constitutivo dessa sociabilidade. Marx, na Primeira Seção de *O Capital* explicita que está analisando a sociedade capitalista e diz que a riqueza aparece como uma enorme ou monstruosa coleção de mercadorias e que por isso inicia sua exposição da categoria mercadoria. Em seguida apresenta o duplo fator que a constitui (valor de uso e valor) e demonstra como esse par antitético produz a exteriorização da contradição interna na forma do valor de troca e como do valor de troca devém o dinheiro. É explícito ao demonstrar que os laços sociais na sociedade do capital são indiretos e intermediados pelo valor (trabalho abstrato), do que se segue que o valor é a própria relação social ou o que garante a inserção de cada singularidade em sua comunidade – como dinheiro é apenas o espelhamento do valor, Marx não o põe como causal e sim como categoria derivada cujas qualidades são o espelhamento das determinações do valor quando são incorporadas nova mediações. Marx finda o primeiro capítulo mostrando como produzir mercadoria é produzir fetiche, reificação, sociabilidade alienada.

Se a mercadoria é forma aparente da riqueza, o valor se revela como a forma específica da riqueza da sociedade capitalista, além de ser forma de mediação social dessa sociedade. Ao tratar do fetiche, Marx demonstra que o valor é a forma específica de dominação do capital – ou seja, a dominação nessa formação social não é exatamente, ou somente, dominação pessoal, de classe, é dominação abstrata, do valor sobre a humanidade – como valor só se diferencia pela quantidade e essa é medida pelo tempo, a dominação, em última instância é uma dominação temporal. O valor em expansão revela-se um constrangimento lógico e se há constrangimento não há liberdade. Conclui-se que a emancipação humana só pode ser

²⁶ No parágrafo seguinte, o autor destaca o que seria uma vantagem de seu modelo: “a abertura de eventuais diálogos críticos sobre o dinheiro com as demais formulações heterodoxas em economia, bem como com outras disciplinas” (Idem, p. 243). Aqui é preciso destacar que Marx não se propõe ao diálogo com a economia política do seu tempo. O que ele faz é uma crítica ontológica negativa da economia política. Ele analisa essas teorias nos seus termos e demonstra como suas figurações de mundo são inadequadas para a apreensão do ente existente e quais são suas incongruências lógicas imanentes. Marx não se propõe a melhorar ou aperfeiçoar as técnicas manipulatórias específicas de cada ramo do conhecimento para o melhor funcionamento do processo de acumulação do capital. Ele se propõe a obliterar essa forma de sociabilidade fundada no valor em expansão.

emancipação do valor. Por fim, na mesma subseção em que trata do fetiche da mercadoria, Marx revela que valor é forma automediadora, constituindo a subjetividade e a objetividade necessárias para sua permanente reproduzibilidade. As estruturas sociais, em seu nível mais crucial, são estruturas de dominação abstrata, pois são plasmadas pelo valor para permitir a reprodução de sua lógica (valor em expansão²⁷). O Estado moderno e as classes sociais só podem ser adequadamente capturados e explicados quando se considera que eles são postos pelo valor em expansão. Naturalmente, não estamos dizendo que há algum tipo de mecanicismo ou determinismo econômico nisso. Ao contrário, o que se sustenta é que o valor explica o Estado moderno e as classes sociais em seu nível mais crucial, mais essencial, e que a compreensão adequada das formas fenomênicas de manifestação desse Estado moderno, e das classes sociais, exige a consideração de outras mediações que, ao sobredeterminarem essas categorias, as aproximam da realidade dada, tornando-as mais complexas e concretas.

Em síntese: na ontologia materialista do ser social oferecida por Marx, o valor é o momento central em torno do qual toda a sociabilidade se organiza. Como valor é trabalho abstrato, o que se está sustentando é que nessa sociedade, e somente nela, o trabalho (nesse caso, determinado por mercadoria) é o centro da vida humana, tudo gira em torno desse trabalho. Trabalhar é produzir valor e valor é o laço social que conecta os indivíduos nessa formação; o trabalho determinado por mercadoria é um fim em si mesmo, nele o sentido da produção está perdido para o produtor, pois o fim da produção é o valor que é trabalho abstrato.

O autor (Paraná, E., 2020, p. 243) nos diz que “o dinheiro se ergue frente ao trabalho como uma potência autonomizada que parece regular seus movimentos e ordenar seus desejos, a produção do valor de troca já inclui em si uma forma de coerção social. O valor das mercadorias é, portanto, uma expressão de relações sociais que não podem ser diretamente controladas pelos produtores diretos (trabalhadores)”. Como dinheiro é a autonomização do valor de troca e o valor de troca a expressão do valor, a potência autonomizada é o valor e não exatamente o dinheiro (haveria um fetiche do dinheiro na formulação do autor?). Em outras palavras, o trabalho abstrato domina e constrange a humanidade que trabalha, a coerção social é a do valor em expansão que obriga a humanidade a produzir valor e mercadorias para continuar produzindo valores e mercadorias. Pois é assim que o valor pode se expandir ilimitadamente.

Logo em seguida é acrescentado que a naturalização da produção de mercadorias e o **“ocultamento do caráter explorador e coercitivo das relações sociais [Grifos meus – PH]** é definida por Marx como fetichismo – quando as relações sociais de exploração e dominação de classe aparecem, no quadro da ideologia dominante, em uma forma material, isto é, materializadas, coisificadas, objetificadas” (Idem, p. 244). Um pouco mais a frente, acrescenta que a “análise do fetichismo da mercadoria aponta para o exame do *sintoma* (de uma causa ausente), não de uma forma de causalidade direta, em si mesma (Idem, p. 251). Sendo tal causa ausente ou causalidade estrutural um tipo diferente de causalidade em que a estrutura existe em seus resultados. E, com Rancière, sustenta que os efeitos são as relações entre as mercadorias e a causa as relações sociais de produção. Na primeira seção de *O Capital* essas relações estão ausentes: “Essa causa ausente não é o trabalho como sujeito, é a identidade do trabalho abstrato e do trabalho concreto” (Idem, nota 246). Tal identidade (!) expressa a estrutura do modo de produção capitalista. O arremate dessa abordagem do fetichismo é inusitado: “o fetichismo aparece como um aspecto mais geral do modo de produção capitalista, **uma forma particular de inversão ideológica [Grifos meus – PH]** (Idem, p. 254). Antes de tratarmos do modo como

²⁷ Por evidente o valor só pode se expandir se há extração de mais-valor.

o autor aborda o conceito de ideologia e como ele sugere a articulação entre esse e a categoria de fetiche, são necessários alguns comentários críticos sobre o que apresentamos agora.

Ao contrário do que sugere o autor, a compreensão de Marx, sobre fetiche e alienação, só se põe de modo definitivo a partir de sua teoria do valor. Em textos anteriores (Manuscritos de 1844, Sagrada Família, Crítica da Filosofia do Direito de Hegel etc.) fetiche e alienação apareciam como resultado da divisão social do trabalho, da separação entre trabalho manual e intelectual e da propriedade privada. Em *O Capital* o fetiche não se explica por esse conjunto, pelo contrário, o valor explica o fetiche (motivo pelo qual ele surge ao final do capítulo 1 de *O Capital* e nesse capítulo, assim como na Primeira Seção da qual ele faz parte, as classes sociais e o Estado moderno, aparecem de modo muito abstrato e com a determinação causal do valor. O que em nada se assemelha a uma causalidade ausente ou a uma identidade entre trabalho abstrato e concreto. Por evidente, eles não podem ser idênticos. Quando muito o trabalho concreto da mercadoria que se encontra na posição de equivalente espelha o trabalho abstrato da mercadoria que se encontra na posição relativa do valor. Além disso, nessa Seção Primeira Marx não trata de exploração, produção de mais-valor etc.

Marx explica que produzir mercadorias, como já vimos, é produzir valor de uso e valor e é produzir fetiche²⁸. Como valor é a relação social mediadora da sociedade do capital e valor é uma abstração razoável/real que existe na materialidade constitutiva do mundo do capital, o que ocorre é que o trabalhador ao produzir mercadoria exterioriza não sua essência imutável, mas sua habilidade, conhecimento etc. sob a forma de mercadoria – coisa física (valor de uso) e abstrata (valor). Ao exteriorizar o valor o que ele trabalhador objetifica é a própria relação social. Essa relação social assume a forma física da coisa mercadoria, um objeto que é o *médium* da relação social entre os produtores. Essa relação social coisificada não é controlada pelo produtor, ao contrário, ela controla o produtor, ele está subsumido a coisa que é relação social – eis o fetiche da mercadoria. Acrescente-se que o dinheiro, como diz Marx nos *Grundrisse*, é a forma autonomizada do trabalho abstrato, é o laço social que os humanos trazem em seus bolsos e agora podemos compreender adequadamente que o laço social é o valor (trabalho abstrato) que é representado pelo dinheiro. Eis que estamos diante de uma sociabilidade produtora de reificação, alienação, na qual o sentido do trabalho está perdido para o trabalhador. Aqui a práxis humana vital deixa de possibilitar a efetivação da potencialidade inerente a cada ser humano; o trabalho determinado por mercadoria mutila o produtor e o transforma em produtor especializado de um tipo determinado de mercadorias cujo objetivo é produzir mercadorias para continuar a produzir mercadorias, desefetivando-se de sua omnilateralidade humana. Em conclusão, fetiche e alienação são categorias indissociáveis e só podem ser adequadamente explicadas a partir do valor (trabalho humano abstrato), sendo, portanto, categorias específicas da sociedade produtora de valor. Restando cristalino que fetiche e alienação são resultados da atividade humana vital – que na sociedade do capital é concretizada como trabalho determinado por mercadoria – e não resultado de ilusão, falsa consciência ou “forma particular de inversão ideológica”. Ainda que o fetiche tenha por resultado o ocultamento do caráter explorador e coercitivo das relações sociais, ele não pode ser explicado por seu corolário. A explanação da categoria fetiche, por Marx, prescinde da exploração, ainda que essa esteja pressuposta. Marx apresenta o fetiche da mercadoria e demonstra que a simples produção de mercadorias para o mercado constitui uma sociabilidade reificada, coisificada. Em outras palavras, mesmo que houvesse planejamento democrático, sob controle dos trabalhadores, de quais mercadorias serão produzidas, para quem, de que modo serão produzidas, ainda assim, o fetiche estaria presente, pois nesse caso, o laço social continuaria

²⁸ “A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é **inseparável da produção de mercadorias** [Grifos meus – PH]” (Marx, 2017, p. 148)

objetivado na mercadoria e o sentido da produção perdido para o produtor – ou seja, a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, das burguesias exploradoras e do Estado capitalista são insuficientes para a emancipação humana do constrangimento social produzido pelo valor.

O autor, com o intuito de apresentar a ligação entre fetichismo e ideologia, recorre a Balibar e advoga que para definirmos o que é ideologia, devemos partir “da totalidade heterogênea das práticas sociais que são produzidas e implementadas por meio de instituições e mecanismos ideológicos, direta ou indiretamente relacionados ao Estado, que operam para reproduzir como tal a ordem social” (Paraná, E., 2020, p. 262). Essas relações sociais, prossegue, são distintas das relações de produção ainda que, em última instância, sejam determinadas por essas relações produção. Práticas ideológicas, que dependem de aparelhos ideológicos específicos, expressam as ideias da classe dominante, legitimam a existência das classes sociais e concorrem para a reprodução das relações sociais de produção. Se ideologia, acrescenta o autor, é um produto orgânico de práticas sociais determinadas pela estrutura social que é caracterizada pela fissura e luta de classes e permite a reprodução da estrutura social e da diferenciação de classes, não se pode superar a ideologia por meio de um esclarecimento. As ideologias, adita Paraná (Idem, p. 264), são vivenciadas pelos sujeitos como manifestação de uma realidade da existência que através de processos de subjetivação armam a reprodução social. Por isso, arremata, ideologia não é falsa consciência e sim representação ideal que, ao comprovar eficácia no mundo fenomênico, permite a existência e reprodução de dado modo de produção.

Feita a caracterização da ideologia, o autor procura demonstrar a ligação entre ela e o fetiche. Nessa aproximação, argumenta que é preciso considerar “a efetividade social e ideológica específica da forma valor (...) [pois] a reprodução do capitalismo não depende apenas de um balanço de forças no âmbito da produção, mas de uma série de práticas em nível da circulação” (Idem, p. 266). Sendo isso o que explica a interligação de fetiche e ideologia. O autor prossegue e sugere que Marx, “a partir de sua formulação sobre fetichismo”, compreende que “a ilusão constitui componente necessário da realidade – mesmo que possa significar um erro de compreensão e/ou o resultado da naturalização de construções históricas” (Idem). Nesse sentido, o fetichismo conecta a ideologia ao sujeito/indivíduo que é socialmente constituído o que evidenciaria que o fetichismo é “parte, dimensão ou vetor do processo mais amplo de produção ideológica. (...) O fetichismo viabiliza, portanto, a funcionalidade da ideologia, servindo com veículo do consentimento produzido por meio da naturalização da ordem social. É por isso que os aparelhos ideológicos podem fazer (...) uso político do mecanismo do fetichismo” (Idem, p. 267). Ao final desse trecho citado, o autor apresenta uma nota de rodapé em que diz que “o fetichismo não representa um destino inexorável no capitalismo” (Idem, p. 267, nota 265). E conclui, o esboço da articulação entre fetiche e ideologia, dizendo:

(...) o fetichismo nos aparece como um importante elemento em uma teoria da ideologia, apontando para os mecanismos de percepção da realidade que estão ligados não às vontades subjetivas, mas às condições gerais de um modo de produção impostas/transmitidas aos sujeitos. O fetichismo representa, portanto, o deslocamento específico segundo o qual a estrutura do modo de produção capitalista se apresenta no campo da vida cotidiana e se oferece à consciência e ação dos agentes. (Paraná, E., 2020, p. 267)

Alguns comentários críticos se fazem necessários aqui. Como já apontamos anteriormente, a opção do autor de construir um modelo lógico com “causalidade estrutural” ou “causa ausente” acarreta dificuldades e o leva a hipostasiar a contribuição do próprio Marx.

Na forma como compreendemos²⁹, Marx arrima uma interpretação ontológica da ideologia que só pode ser adequadamente capturada a partir da ruptura ontológica que ele realiza com a economia política e que culmina com a instauração de sua teoria do valor. Desse modo, o critério para se entender o que é ideologia não é gnosis-epistêmico, mas ontológico. Tratam-se de ideias que propõem soluções para conflitos no mundo social e que buscam atuar sobre o agir de outros humanos (pôr teleológico de segunda ordem). Essas ideias são emanadas, produtos, do todo concreto-complexo em que se inserem as singularidades humanas. Quaisquer ideias podem se tornar ideologias, sejam elas falsas ou verdadeiras, desde que exerçam função social reconhecida ou atuem sobre as lutas sociais em geral. Ideologia, desse modo, tem sua gênese na atividade social humana, ela é uma resposta aos problemas que a reprodução do indivíduo singular e da comunidade humana apresentam – do que se conclui que ideologia está presente em qualquer agir humano enquanto momento ideal do por de finalidades desse agir.

Na sociedade do capital o categoria ideologia, assim como outras anteriormente indicada por nós, realiza seu *dynamei*. Ela agora tem que garantir a reprodução social de uma sociedade de classes³⁰ cuja dinâmica impulsiona forças centrífugas autodissolutivas da própria sociabilidade. A dinâmica em questão, já sabemos, é dada pela contradição fundamental dessa sociabilidade, aquela inscrita no cerne da mercadoria – valor de uso e valor. Como o valor é o momento predominante, seu processo auto expansivo plasma a totalidade social, valor nesse sentido é totalizante e modela a subjetividade e a objetividade do ser social. Eis que a ideologia da sociedade do capital é moldada pelo valor. Vimos, com Marx, que valor é trabalho abstrato e é produzido pelo trabalho produtor de mercadoria. Produzir mercadorias é produzir fetiche, pois é objetivar a própria relação social entre produtores na forma objetual da coisa mercadoria que é alheia, alienada e fetichizada em relação ao produtor – algo cujo desígnio é garantir a expansão do valor. Por isso, não é adequado tomar o fetiche como ilusão ou falsa consciência; ele é uma manifestação real de uma sociabilidade fundada em laços sociais indiretos sustentados pelo valor e é ineliminável da lógica do capital. Marx, ao expor a categoria fetiche, o faz na esfera da circulação de mercadorias; demonstrando como a relação social ocorre diretamente entre as objetivações do trabalho humano e indiretamente entre os produtores de mercadoria. Pois o fetiche é a autonomização, alienação, da própria relação social sob a forma de coisa, coisificada. Por óbvio, se as mercadorias, na circulação revelam-se como coisas fetichizadas é porque na produção já foram produzidas de forma fetichizada, ou melhor, a produção já é uma produção alienada, reificada, mutiladora da omnilateralidade do produtor. A lógica do valor abarca tanto a produção quanto a circulação e, como a produção tem por fim valorizar valor, o trabalho perde o sentido para o trabalhador pois devém meio para continuar produzindo trabalho ou para se continuar trabalhando – posto que capital é valor em expansão e valor é trabalho, donde se conclui que capital é trabalho se auto expandindo de forma descontrolada e controlando os produtores.

A ideologia apenas pode plasmar essa realidade e produzir formas de consciência que são mediações da própria práxis de produção fundada no valor-fetiche. De fato, as duas categorias não se confundem, não obstante, ao contrário do que sinaliza Paraná, em Marx há uma prioridade ontológica que vai do valor para a ideologia e o fetiche não é a representação do “deslocamento específico segundo o qual a estrutura do modo de produção capitalista se apresenta no campo da vida cotidiana e se oferece à consciência dos agentes” (Idem, p. 267). Para reafirmar: fetiche da mercadoria não é produzido pela estrutura social, mas pelo valor. Produzir valor é produzir fetiche (dominação abstrata) o que é distintivo na constituição das subjetividades da sociedade do capital. Valor plasma uma estrutura social pseudo-objetiva, ou

²⁹ A esse respeito ver Lukács, 2013.

³⁰ Cf. Araujo, 2020a. Registramos que, do modo como compreendemos, só se pode falar, com precisão, de classes sociais, na sociedade do capital.

ainda, o trabalho é atividade social mediadora e constitui uma estrutura de dominação abstrata cujo caráter não parece social, mas natural. Como a forma da necessidade social de expandir valor opera na ausência de qualquer tipo de dominação direta, pessoal ou social, o que essa estrutura de dominação tem de característico, em termos histórico-social, fica velado – a compulsão de valorizar valor é impessoal, objetificada e está implícita na estrutura de dominação social que é moldada por essa compulsão³¹. A ideologia dominante na sociedade do capital é a ideiação de uma realidade social constituída pelo valor (trabalho abstrato) e tem por fim a resolução dos conflitos acionados pela própria lógica do valor, de modo a garantir a continuidade da reprodutibilidade do valor e de sua sociedade.

Com o intuito de explicar como o Estado opera a restrição monetária (Brunhoff), o autor passa a tratar da relação entre Estado, luta de classes, dinheiro e Capital. De partida, nos diz que o Estado é uma superestrutura cuja natureza produz a capacidade de agir a qual não se reduz ao agir sobre a “relação fundamental de exploração capitalista” (Idem, p. 268), ele (o Estado) não é o âmago ou a base material dessa relação fundamental. Por conseguinte, o Estado é dotado de autonomia relativa frente a ela e poroso à luta de classes. O limite para essa porosidade e para a autonomia relativa é dado, segundo o autor, pela reprodução continuada do modo de produção. Para melhor explicar o limite, recorre à escola da regulação francesa e esgrima conceitos como: modos de regulação (social, política e econômica) que estão em conformidade com diferentes regimes de acumulação do capital. Como a articulação entre modos de regulação e regimes de acumulação envolve o espaço regional, nacional e global e, além disso, como as várias formações capitalistas apresentam particularidades culturais, políticas etc., o autor sustenta que há diversos capitalismo no interior do sistema capitalista mundial. Na sequência apresenta um panorama resumido das compreensões do Estado em Marx, Engels, Gramsci, Althusser, Poulantzas, Jessop e na citada escola da regulação francesa.

Por fim, retorna à Brunhoff e registra que ela reverbera o resgate que Althusser faz de Engels a respeito da autonomia relativa das superestruturas e da eficácia de suas práticas particulares. Para o autor a posição de Althusser pode ser esboçada da seguinte forma:

(...) o modo de produção de uma dada sociedade não determina mecanicamente sua superestrutura, de modo que ambas, estrutura e superestrutura, afetando uma à outra reciprocamente (como o efeito retroage na causa), e de forma não determinista, irão, em sua infinidade de fatores, sobredeterminar as contradições e movimentos de mudança social ao longo da história, nos permitindo compreender e avaliar os processos sociais e políticos, dessa maneira, a partir de causalidades múltiplas. Assim, apresenta-se um ‘todo-complexo-estruturado’, ou sobredeterminado, em que distintas instâncias ou práticas relativamente autônomas podem ser decisivas ou dominantes em dado contexto sem que sejam necessariamente determinantes. (Paraná, E., 2020, p. 275)

O trecho citado expressa com toda clareza a dificuldade da causalidade estrutural que é uma não causalidade. Há o abandono de qualquer veleidade a respeito da teoria do valor, tudo se explica através de argumentos circulares, posto que não há momento causal determinante: estrutura e superestrutura se co-determinam e ambas determinam e são determinadas pela luta de classes; a luta de classes é determinada pela propriedade privada que é determinada pela superestrutura e estrutura. A ideologia e os aparelhos ideológicos operam como cimento que mantém unidas estrutura e superestrutura. A política é a chave resolutiva da emancipação humana, a eliminação (jurídica) da propriedade privada é o seu caminho e a transformação de toda a humanidade em produtora de mercadorias, sem que um indivíduo explore outro indivíduo, é o seu ápice. Essa é uma figuração de mundo possível, ainda que, do meu ponto de

³¹ A esse respeito cf. Postone, 2014; Duayer e Araujo (2015, 2020a., 2020b e 2020c).

vista, muito distante do que Marx apresenta, em particular, nos *Grundrisse* e em *O Capital*, tendo em vista a centralidade do trabalho determinado por mercadoria na sociedade do capital e que Marx assinala já na Primeira Seção do Livro Primeiro de *O Capital*³².

Voltando a Brunhoff, o autor nos diz que ela enfatiza que o Estado capitalista tem por atributo ser, simultaneamente, exterioridade (situa-se acima da sociedade) e imanência (tem um papel econômico a cumprir). E a relação contraditória desse par é o que suporta sua autonomia relativa em relação a acumulação de capital. Essa relação contraditória, segundo Brunhoff, nos diz o autor, pode ser melhor percebida analisando as especificidades das mercadorias tidas por “especiais” no capitalismo: “a força de trabalho e a moeda – a um só tempo mercadorias e relações sociais. Isso [facilitar a compreensão da relação contraditória] se deve ao fato de tais mercadorias especiais – dada a relação particular que nelas se estabelece entre valor de uso e valor de troca – exigirem intervenção (gestão/sanção) do Estado para sua reprodução continuada” (Paraná, E., 2020, p. 285).

Brunhoff, e o autor, não reparam que a relação social é o trabalho (abstrato) e não a força de trabalho; e que o dinheiro apenas espelha o valor (trabalho abstrato) e, por isso, é o laço social. Outra imprecisão é sustentar que mercadorias possuem valor de troca. Por fim, a sanção do Estado é necessária não por uma relação especial entre valor de uso e valor de troca inerente à força de trabalho e à moeda. Mas porque o valor, em sua autoexpansão, determina as classes sociais posicionalmente e de modo contraditório³³. E, como vimos ao tratar da moeda enquanto momento necessário da função meio de circulação do dinheiro, e do dinheiro de crédito, que decorre da função meio de pagamento do dinheiro – há uma tendência inscrita na categoria dinheiro que aponta para sua desmaterialização e dessubstancialização. Essa tendência é reforçada com a generalização do dinheiro de crédito de curso forçado e esse conjunto é o que exige a presença do Estado sancionando certos papéis enquanto dinheiro.

Brunhoff argumenta que a intervenção do Estado na determinação dos salários e duração da jornada de trabalho é necessária para evitar que a força de trabalho seja exaurida. O Estado tem que garantir a sobrevivência do exército industrial de reserva para que o modo de produção capitalista tenha sempre disponível força de trabalho em condições de ser contratada imediatamente. O problema desse raciocínio é que esquece todo o esforço que Marx realiza no Livro Primeiro de *O Capital* para demonstrar que é a luta de classes do cotidiano, engendrada pelo valor, o que obriga o Estado moderno (e a burguesia) a ceder e regulamentar a duração da jornada de trabalho e o nível de salários. Essa é a causa que explica o porquê do Estado ser suscetível à luta de classes, sendo o seu agir impulsionado por ela limitado pela acumulação do valor. A causalidade presente no ser social e capturada por Marx vai do valor para as classes sociais e suas lutas e para o Estado moderno a quem cumpre amparar a continuidade da expansão do valor. Por isso, Estado moderno e capital são irmãos siameses inseparáveis e só podem deixar o mundo humano da mesma forma em que surgiram: juntos e ao mesmo tempo. Considerando a quadra atual do capitalismo mundial em que o limite interno da acumulação do valor foi atingido e se produz uma massa de desempregados permanentes que dificilmente serão recontratados no futuro, mesmo no longo prazo – o que os coloca em definitivo na situação de pauperismo (sedimento mais baixo da superpopulação supérflua ou do exército industrial de reserva) e, no limite, como um proletário cuja potencialidade (*dynamei*) já não mais se realizará – o argumento de que o Estado cuida para que a força de trabalho não seja exaurida ou que o Estado deve garantir a manutenção do exército industrial de reserva já não se sustenta. O que

³² Não por acaso, Althusser (2017, p. 45), em conhecido texto (*Advertência aos leitores do Livro I D'O Capital*), recomenda aos leitores do Livro Primeiro que deixem de lado (provisoriamente) a Seção I e comecem a leitura pela Seção II.

³³ Cf. Araujo (2020).

temos é um Estado que organiza a eliminação sistemática da massa do povo que deveio supérflua para o capital e o faz através de guerras tradicionais, guerras não declaradas (narcotráfico, guerras tribais, guerras étnico-religiosas etc.). encarceramento em massa etc.

A análise de Brunhoff da ação do Estado em relação ao dinheiro é retomada pelo autor que nos diz que ela (Bruhoff) o toma como equivalente geral “compreendido como veículo de representação e realização do valor de troca e, portanto, relação social” (Idem, p. 287). O argumento não nos parece adequado pois, se o dinheiro é veículo de representação, por evidente, ele não pode ser a relação social. Obviamente, se representa, representa um outro que não ele mesmo. Sabemos que dinheiro representa, espelha, o valor (trabalho abstrato) e essa categoria (trabalho abstrato) é que estrutura as relações sociais na sociedade do capital. Em outras palavras e sendo redundante, mas enfatizando esse ponto: o laço social é constituído pelo trabalho ou o trabalho constitui a totalidade social nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista (e somente nelas).

O autor sugere que, a partir de Marx, é possível afirmar que a “apropriação de dinheiro é uma fonte de poder político (...) daí o entesouramento: o dinheiro representa e materializa poder social e as relações sociais gerais, a ‘substância da sociedade’ (...) o dinheiro repõe (...) o poder social na mão dos indivíduos que como tais, são levados a exercê-lo” (Idem, p. 288). Tal afirmação, em sua primeira metade, é correta, pois o dinheiro, reflexo autonomizado do valor, ao refletir a substância (trabalho abstrato) constituidora da sociabilidade do mundo do capital, é manifestação fenomênica da forma específica de riqueza (abstrata) dessa sociabilidade e, por isso, fundamento do poder político e pessoal ou *leveller* universal, nas palavras de Marx. Não obstante, o poder nessa sociedade não tem por fundamento o entesouramento de dinheiro, como sustenta o autor. Ao contrário, a lógica do valor que constitui o substrato do poder político e econômico, exige o comportamento oposto ao do entesourador, exige o gasto do dinheiro enquanto capital – somente assim pode-se ampliar valor.

O autor amplia a associação entre poder político e dinheiro e considera o poder político do Estado como algo associado a um entesouramento do Estado que se acrescenta ao monopólio da cunhagem (emissão) e do controle da circulação do dinheiro. Esses seriam os fatores explicativos do poder político do Estado sobre o conjunto territorial da Nação. O Estado, sendo gestor primordial do dinheiro, tem que gerenciar a oferta de dinheiro de modo a garantir sua reprodução como equivalente geral. Citando Brunhoff, o autor conclui que a ingerência do Estado no dinheiro tem por pressuposto a coerção constituída pelo uso obrigatório de uma moeda em todo território nacional. Por fim, Brunhoff explicita: “Esta coerção não é outra coisa que não a do invariante-equivalente geral (padrão, meio de circulação, meio de reserva, meio de pagamento)” (Brunhoff, apud. Paraná, E., 2020, p. 289).

Esse passo é importante para a explicação oferecida pelo autor a respeito do que é o dinheiro e qual o lugar do Estado em sua determinação. Não obstante, há algumas dificuldades que precisam ser apontadas: (a) assim como é surpreendente situar o entesouramento privado como fonte do poder político na sociedade estruturada pela permanente expansão do valor; causa estranheza sustentar que há um entesouramento do Estado que, associado ao monopólio da cunhagem de moeda e o controle da circulação do dinheiro, é fundamento do poder do Estado. Destaque-se que cunhagem se refere a dinheiro-metálico e entesouramento originalmente associa-se ao retirar o dinheiro-mercadoria ouro da circulação. A questão levantada pelo autor trata desse dinheiro-mercadoria ouro? Caso não o seja, e o foco esteja no dinheiro de crédito de curso forçado emitido pelo Banco Central, qual o sentido do Estado emissor entesourar, quando poderia simplesmente emitir quando fosse necessário? (b) O que significa ser “invariante-equivalente geral”? Vimos, com Marx, que se o equivalente geral é dinheiro-mercadoria ouro, seu valor se altera na razão inversa da força produtiva do trabalho

das empresas produtoras/extratoras de ouro. Portanto, seu valor, necessariamente, varia e isso em nada altera a transformação de valores em preços. Caso se trate de dinheiro de crédito de curso forçado emitido pelo Banco Central, trata-se de dinheiro sem valor. Portanto, só podemos ter variação no poder de compra desse dinheiro (o que é distinto de variações no seu valor – trabalho humano abstrato) que, na média, altera por igual os preços de mercados de todas as mercadorias, sem afetar, a princípio, a transformação de valores em preços. Naturalmente, ciclos deflacionários e inflacionários, ocorrendo por períodos de tempo significativos, podem provocar dificultar o processo de acumulação de capital levando a quadros recessivos ou de baixo crescimento econômico. Ainda assim, dentro desses contextos adstringidos, valores continuarão se transformando em preços.

Uma vez assentado, pelo autor, que dinheiro é fonte de poder político, que o entesouramento do Estado é chave explicativa do poder político do Estado e que a coerção do uso de uma moeda “invariante”, que seja aceita como meio de pagamento em todo território nacional, é pressuposta da ingerência estatal no dinheiro; o autor sugere que essa coerção é a restrição monetária de Brunhoff (e que já fora apresentada, por ele, em capítulo anterior). Por isso, agora ele pode esclarecer que coerção ou restrição monetária nada mais é do que “a necessidade de reprodução adequada do dinheiro como equivalente geral para toda a produção mercantil” (Idem, p. 289). E pode acrescentar que a coerção ou restrição monetária que ocorre “entre Estado e agentes econômicos em uma economia nacional, pode ser observada também entre os diferentes Estados, estando eles mesmos submetidos a uma restrição/coerção monetária internacional” (Idem, p. 290). Ou seja, as moedas nacionais devem ser reconhecidas como socialmente válidas no plano internacional e, assim, serem intercambiáveis. Por fim, nos diz que para termos circulação internacional de mercadorias é preciso “uma moeda internacional (!) de circulação e referência” (Idem, p. 291). No caso atual, essa “moeda internacional” seria o dólar americano – o que projeta o dinheiro (!) “como um ponto de tensão e disputa geopolítica internacional” (Idem). Sobre atribuir à categoria moeda validade internacional, já comentamos anteriormente. De todo modo, destacamos nosso desacordo com essa compreensão. Quando muito seria possível dizer que o dólar americano opera como se fosse dinheiro mundial, ou seja, pseudo-dinheiro mundial.

As inadequações do uso do conjunto categorial marxiano se apresentam com mais ênfase quando o autor postula que: “os sistemas monetários contemporâneos estão baseados em duas formas principais de moeda: o papel inconversível emitido pelo Banco Central e a moeda de crédito produzida pelos bancos comerciais” (Paraná, E., 2020, p. 292). O primeiro, para o autor, tem por especificidade liquidar débitos e ser usado para o pagamento de impostos. O segundo (“moeda de crédito”) “é composto pelos passivos de instituições financeiras privadas (incluindo depósitos e notas bancárias), que oferecem direitos sobre outras formas da moeda” (Idem). Para o autor, a quantidade e o valor de troca da moeda (ou dinheiro, pois ele os toma por sinônimos) de crédito é determinado, por um lado, “indiretamente pela antecipação do crédito e pelo pagamento das dívidas” e, por outro, é determinado pela atuação do Banco Central no sistema financeiro.

No caso das “moedas bancárias privadas de crédito” é preciso que ocorra validação social, que elas sejam aceitas socialmente. Com Brunhoff, o autor explica esse mecanismo de validação que nada mais é do que a administração da moeda pelo Banco Central. O Banco Central oferta papel-moeda de curso forçado para os bancos comerciais cobrando juros por essas operações, garante o estoque de moeda necessário para que os bancos comerciais honrem seus compromissos e multipliquem a oferta dessa moeda através de operações de empréstimos aos seus clientes (o conhecido multiplicador bancário). Dessa compreensão, Brunhoff conclui que a ingerência do Estado na emissão de moeda é produto das necessidades do funcionamento

do sistema monetário, sendo inadequado tomá-la como artificial. De forma curiosa, Brunhoff interpreta que a moeda fiduciária (emitida pelo Banco Central) deriva da moeda de crédito dos bancos comerciais (Brunhoff, apud. Paraná, E., p. 293). O que indica que, por um lado, ela não aceita a gênese lógica do dinheiro a partir do valor, que Marx oferece; e que por outro lado, ela assume uma gênese histórica do dinheiro, como se a circulação de mercadorias, desconsiderando o valor, mas considerando a politicidade e os interesses de classe, constituísse *per se* o moderno sistema monetário da sociedade capitalista.

No enquadramento do autor, para que o dinheiro (nos seus termos, equivalente geral) se reproduza, há que existir ligação entre as operações das instituições que produzem moeda de crédito privada e uma centralização pública que controle a oferta total do equivalente geral. Segundo o autor, esse é o único meio de garantir a estabilidade do equivalente geral. Posto que os bancos, enquanto empresas privadas, maximizam lucro, a emissão de moeda de crédito bancária atende a esse princípio. Ele apresenta três conclusões: (a) se o Estado não pode evitar as crises monetárias (moeda de crédito bancária) no setor privado, pode evitar que uma crise desse tipo se transforme em crise monetária generalizada – através de políticas macroeconômicas adequadas a esse fim. (b) A moeda é endógena e não é neutra. (c) Dinheiro é, ao mesmo tempo, bem público e bem privado (papel-moeda fiduciária e moeda bancária). Transparece nessas conclusões a proximidade do autor com a teoria econômica keynesiana e seu distanciamento de Marx. A centralidade do valor (trabalho abstrato) é preterida em favor de políticas macroeconômicas que estabilizem a acumulação capitalista e o dinheiro é explicado pela teoria microeconômica dos bens públicos e privados – teoria que tem por norte a justificativa para formas de intervenção do Estado na economia capitalista tendo por objetivo a referida estabilização e facilitação da acumulação capitalista.

Agora se esclarece por que o autor diz que no dinheiro há uma contradição entre centralização (por parte do Banco Central) e descentralização (operações privadas criadoras de moeda de crédito bancária) e o que é a pirâmide da moeda, conceito tomado de Brunhoff. A relação entre bancos comerciais e Banco Central é um processo de centralização conflituosa: há várias moedas de crédito que devem ser reconhecidas como equivalente geral; isso é garantido pela conversão dessas moedas de crédito em papel-moeda de curso forçado emitido pelo Banco Central – processo que exige ação e acompanhamento do Banco Central quanto ao montante de papel-moeda de curso forçado presente na economia a cada período. Como, sobrepondo-se a essa realidade nacional, existem vários outros Estados nacionais, a conversibilidade entre as moedas nacionais tem que ocorrer e isso pressupõe a existência de uma moeda internacional que circula a partir de acordos entre os Estados ou sendo imposta por um país (ou conjunto de países) hegemônicos. E essa é a descrição resumida da pirâmide da moeda de Brunhoff.

É no contexto da pirâmide da moeda que o “tateamento social” opera como o *modus* de realização da política monetária do Banco Central. O tateamento tem dois objetivos: (a) garantir que a oferta de dinheiro seja adequada ao processo de acumulação de capital; (b) garantir a continuidade do reconhecimento social do dinheiro enquanto equivalente geral. Para o autor, recorrendo agora a Aglietta e Orléan, o tateamento é atravessado por conflitos sociais e se encontra nas fronteiras da violência e da confiança. O dinheiro é consequência da “violência fundacional que garante a coesão social das sociedades mercantis como um momento decisivo do processo de socialização” (Idem, p. 297). A confiança é compreendida como fenômeno social em que se pressupõe que todos os *agentes econômicos* aceitarão o dinheiro enquanto equivalente geral. Sem a confiança de que isso sempre irá ocorrer não haverá continuidade da circulação e da produção.

Nesse ponto da exposição, é possível ao autor vincular a questão do dinheiro à luta de classes. Nesse entendimento, o dinheiro, por ter a violência e a confiança como margens limitadoras, tem sua produção social como “parte (...) de uma luta mais ampla pelo poder no interior da luta econômica. É, então, em meio a essa luta marcada por interesses econômicos conflitantes, que é determinado o valor do dinheiro” (Paraná, E., 2020, p. 298). Por isso, sustenta, citando Ingham, que a reprodução do dinheiro e a política econômica operam no quadro do reequilíbrio e reforço das relações de poder entre interesses econômicos.

Do modo como o autor apresenta seu modelo explicativo, é possível identificar o abandono completo da teoria do valor (trabalho abstrato). Essa categoria não apresenta papel ou função relevante no interior do aparato lógico apresentado. Acreditamos que a perda da centralidade do valor é necessária, ao modelo apresentado, por ser o único caminho para garantir que o referido modelo postule a política (luta de classes) como centro organizativo da sociabilidade do capital. Ocorre que com esse proceder o autor, com ou sem consciência, afasta-se da figuração de mundo de Marx. Como vimos, toda a *Primeira Seção do Livro Primeiro de O Capital* é um monumental esforço de Marx para situar o valor como categoria constitutiva da sociabilidade moderna. É do valor que as classes sociais, a luta de classes e, portanto, a política e o Estado moderno derivam – e não ao contrário, como sustenta o autor que, ao proceder desse modo, inverte as prioridades ontológicas e sustenta um marxismo estruturado na pura politicidade. Destacamos que não é coincidência que, mesmo reconhecendo que Aglietta e Orléan abandonaram a teoria do valor de Marx e substituíram a luta de classes pela violência fundacional, o autor recorra aos dois e chegue a resultados similares. O ápice da dificuldade, como já assinalamos, está na confusão entre valor do dinheiro e poder de compra do dinheiro – sendo esse o ponto de sustentação da organicidade do modelo exposto.

À guisa de conclusão da exposição do modelo lógico explicativo da sociedade do capital, sustentado pelo autor, podemos dizer que, para ele, a compreensão do dinheiro só é possível considerando que a ideologia e a luta de classes constituem mediação incontornável, pois atravessam o mercado e o Estado e o dinheiro (enquanto papel-moeda de curso forçado e dinheiro de crédito bancário) é determinado pela contradição desses dois elementos. Por isso, o “fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital se articulam num complexo subsumido à dimensão ideológica” (Idem, p. 300). Somente através dos aparelhos ideológicos, que pressionam o Estado, é que essa totalidade pode ser reproduzida.

O autor se pergunta se ao invés de sustentar que há um processo de desmaterialização do dinheiro (o que, para ele, seria a realização do conceito de dinheiro em sentido idealista-hegeliano) não seria mais adequado fazer uma analogia com a definição althusseriana de ideologia e assumir que dinheiro é “representação de uma relação imaginária, portadora de existência material, que orienta as práticas cotidianas no quadro das relações de produção vigentes?” (Idem, p. 301). E adverte que, tanto para a ideologia quanto para o dinheiro, não temos um simples idealismo, ao contrário, ocorre “a cristalização de relações de força/poder, que são reafirmadas e tensionadas de modo contínuo por meio de práticas” (Idem) na luta de classes e não se pode desconsiderar essa luta pois levaria à perda da questão política.

O que torna possível essa figuração de mundo oferecida pelo autor é o estruturalismo althusseriano no qual estruturas são relações que se reproduzem, com alguma estabilidade, ao longo do tempo e são produzidas por “encontros” em sentido histórico – por exemplo, encontros entre seres humanos e dinheiro etc. – e estrutural – relações sociais antagônicas, que são relações e que constituem a realidade social de modo casual e sem qualquer teleologia.

O arremate final do autor, citando Papatifou e Sotiris, é que na sociedade capitalista, “encontros no mercado e as trocas de mercadorias mediadas por dinheiro (...) criam a forma

valor (...) o aprimoramento da percepção fetichista (...) surge ‘espontaneamente’ da repetição das trocas no mercado” (Papatifou e Sotiris, apud. Paraná, E., 2020, p. 303). Eis que o modelo lógico está erguido: os “encontros” tendem a se reproduzir o que possibilita o surgimento das estruturas com estabilidade e reprodução temporal; a ideologia, os aparelhos ideológicos e as práticas ideológicas asseguram a reprodução estável ao longo do tempo; os aparelhos estatais e suas práticas garantem a reprodução da estrutura de um modo mais geral. As subjetividades são produzidas por “práticas coletivas de significação” e por ideologia e isso permite, de modo contraditório, a reprodução social. O valor de troca é uma forma social que resulta “de todas essas interações sociais, como uma relação por si só, como percepção social” (Idem).

O dinheiro, assegura o autor, é forma e relação social e o sistema monetário é constitutivo e consequência das múltiplas determinações acima elencadas. Em última instância, é determinado pela economia, mas só pode existir na presença de determinações políticas e ideológicas que são acionadas pelos “aparelhos de Estado no interior da luta de classes”. Essa é a materialidade social do dinheiro: “um mecanismo de representação e realização do valor (sem o qual não haveria capital e capitalismo), perpassado por violência e confiança, coerção e consentimento, em suma, por ideologia; e que ademais existe, em si mesmo, como *ideologia*” (Idem, p. 304).

Ainda que formalmente se refira, na citação anterior, ao dinheiro como “representação e realização do valor”, o fato é que o valor foi há muito abandonado. As causalidades invertidas permitem colocar a política (luta de classes) e ideologia como eixos estruturadores do mundo humano. Com isso, toda crítica oferecida, se limita ao aspecto distributivo do que foi produzido e a crítica ao tipo específico de sociabilidade posta pelo trabalho determinado por mercadoria não pode comparecer. O que restringe sua proposta de emancipação humana à emancipação da exploração, da injustiça e da desigualdade. O problema dessa perspectiva adstringida é que – ao não propiciar a verdadeira emancipação humana (ou vislumbrar a revolução radical) do constrangimento lógico do valor – tornando-se ideologia dominante, pode orientar movimentos políticos que, enquanto estiverem enquadrados por esses parâmetros, somente conseguirão pavimentar o caminho para a reconstituição plena da dominação abstrata e o retorno de todas as formas de injustiça, exploração e desigualdade.

Referências Bibliográficas:

ARAUJO, P.H.F. – As Categorias Classes Sociais e Estado no Livro Primeiro de *O Capital*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, 2020a.

_____ – David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício: Notas críticas. *Marx e o Marxismo*, v. 8, p. 269-294, 2020b.

_____ – Dominação Abstrata. Capital: Sujeito Histórico. *GERMINAL: marxismo e educação em debate*, v. 12, p. 348-362, 2020c.

_____ – Poulantzas e a teoria crítica do valor: críticas à ontologia presente em *Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política, 2020, Salvador. Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política. Salvador: EdUFBA, 2020d. v. 1. p. 50-73

_____ – Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a Revolução*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, 2018.

_____ – Marx: Capital, Estado e Política: notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016.

CHASIN, J. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*, São Paulo: Boitempo, 2009, 253p.

DUAYER, M.; ARAUJO, P.H.F. – As Desventuras do Marxismo Tradicional: Notas sobre a polêmica Harvey-Roberts, *Revista Outubro*, v. 34, p. 63-88, 2020a.

_____ – Trabalho Abstrato, Objetivação, Alienação, Fetice: Marx lido por Postone. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política, In: XXV Encontro Nacional de Economia Política, 2020, Salvador. Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política. Salvador: EdUFBA, 2020b. v. 1. p. 1-27.

_____ – Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone. In: XXIV Encontro Nacional de Economia Política, 2019, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 57, p. 45-82, 2020c.

_____ – Para a Crítica da Centralidade do Trabalho: Contribuições de Lukács e Postone. *Revista Em Pauta*, V. 13, P. 15-36, 2015.

KLAGSBRUNN, V.H. – Entrevista concedida ao autor em 19 de janeiro de 2021.

_____ – Considerações sobre a Categoria Dinheiro de Crédito, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, Ano 13, nº 2, 1992. pp.592-615.

LUKÁCS, G. – *Para uma ontologia do ser social*, vol. 1; São Paulo: Boitempo, 2012, 431p.

_____ – *Para uma ontologia do ser social II*, São Paulo: Boitempo, 2013, 845p.

MARX, Karl Heinrich. – *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011. 788p.

_____ – *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital*; São Paulo: Boitempo, 2017, 894p.

_____ – *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro II: O Processo de Circulação do Capital*; São Paulo: Boitempo, 2014, 766p.

_____ – *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 1 (Parte Primeira)*, [Coleção *Os Economistas – Volume IV*], São Paulo: Nova Cultural, 1986a, 353p.

_____ – *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 2 (Parte Segunda)*, [Coleção *Os Economistas – Volume IV*], São Paulo: Nova Cultural, 1986b, 336p.

PARANÁ, E. – *Bitcoin: a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, 344p.

POSTONE, M. – *Tempo, Trabalho e Dominação Social*. São Paulo: Boitempo, 2014, 486p.